

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA  
CURSO DE HISTÓRIA

FRANGIANGELA SILVA ARAÚJO SOARES



***CIDADE OLÍMPICA:***  
**A MEMÓRIA DA LUTA PELA TERRA URBANA**

SÃO LUIS  
2008

**FRANCIANGELA SILVA ARAÚJO SOARES**

**CIDADE OLÍMPICA: a memória da luta pela terra urbana**

Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Estadual do Maranhão para obtenção do grau de licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Rios

**SÃO LUIS**  
**2008**

SOARES, Franciângela Silva Araújo.

Cidade Olímpica: a memória da luta pela terra urbana/Franciângela  
Silva Araújo Soares. – São Luis, 2008.

74 f.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Rios

Monografia (Graduação) – Curso de História, Universidade Estadual do  
Maranhão, 2008.

1. Memória 2. História Oral 3. Discurso I. Título.

CDU: 930.85

**FRANCIANGELA SILVA ARAÚJO SOARES**

**CIDADE OLÍMPICA: A MEMÓRIA DA LUTA PELA TERRA URBANA.**

Monografia apresentada ao curso de  
História da Universidade Estadual do  
Maranhão para obtenção do grau de  
licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Rios

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. **Paulo Roberto Rios** (Orientador)

---

1º Examinador(a)

---

2º Examinador(a)

À minha mãe,  
minha primeira mestra

## AGRADECIMENTOS

Aos meus companheiros da turma 2003.2, que estiveram comigo durante esses quatros anos de curso e com eles dividimos dificuldades e alegrias.

Aos funcionários do departamento do curso de história da UEMA por sempre ter nos recebidos com muita atenção e carinho.

Aos professores do curso de história da UEMA pelo incentivo e apoio na sala de aula e nas pequisas.

Em especial ao caro professor Drº Paulo Roberto Rios por está na pesquisa comigo. Seu apoio, orientação e incentivo foi fundamental para o resultado final deste trabalho.

Aos meus amigos pelas palavras de conforto e incentivo nas horas difícies.

À minha querida mãe e amado irmão e irmãs por terem acreditado e investido em mim, pelo apoio e incentivo, pelo carinho e pelo amor de vocês sem o qual eu seria a metade.

À meu querido esposo Paulo Patrick Silva Soares que foi minha maior inspiração nesta caminhada. Nele eu buscava novas energias e reconforto para minhas angústias e dificuldades. A sua compreensão, seu carinho e amor é o combustível que me faz viver e continuar a minha caminhada.

A Deus, por ter me dado todas as condições favoráveis para superar as dificuldades e por ter posto em meu caminho todas as pessoas acima agradecidas.

*“Quando achamos que já chegamos,  
paramos de avançar”.*

*Mark W. Baker*

## RESUMO

O presente trabalho analisa uma ocupação urbana ocorrida em São Luís em 1996 denominada Cidade Olímpica tendo como referencial o depoimento de pessoas que vivenciaram o contexto histórico da época em sua dimensão social, política e cultural bem como, a pesquisa realizada nos dois principais jornais da cidade: O Estado do Maranhão e o Imparcial. Nos últimos tempos, grandes transformações marcaram o debate historiográfico. A objetividade das fontes escritas com que o historiador trabalha foi definitivamente posta em questão. Discute-se essa ocupação utilizando como metodologia a História Oral. Esse tipo de fonte foi desqualificado na segunda metade do século XIX, mas restaurado no século XX por historiadores que defendiam a validade do estudo do tempo presente. Partindo da intermediação da história recente e do uso de testemunhos diretos, este trabalho busca discutir a relação entre passado e presente na história da ocupação e os novos caminhos para o estudo da história tendo como matéria-prima a memória.

**Palavras-chave:** Cidade Olímpica. Ocupação Urbana. Moradia. História Oral. Memória.



## **ABSTRACT**

The present work analyzes an occurred urban occupation in São Luís in 1996 called Cidade Olímpica having as referential the deposition of people who had lived deeply the historical context of the time in its social dimension, cultural and politics as well as, the research carried through in two main periodicals of the city: O Estado do Maranhão and O Imparcial. In the last times, great transformations had marked the historiographic debate. The objective of the written sources with that the historian works was definitively discussed. This occupation is argued using as methodology Verbal History. This type of source was disqualified in the second half of century XIX, but restored in century XX for historians who defended the validity of the study of the present time. Breaking of the intermediation of recent history and the use of right witness, this search to argue the last and present relation between in the history of the occupation and the new ways for the study of history being had as raw material the memory.

Words-key: Cidade Olímpica. Urban occupation. Housing. Verbal history. Memory.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Terreno que deu origem a Cidade Olímpica antes da ocupação .....	31
Figura 2 - Assembléia na comunidade com a presença de autoridades políticas e da Comissão dos Sem-Teto. ....	33
Figura 3 - Tentativa de desocupação da área realizada pela Polícia Militar do Estado.....	35
Figura 4 - Ocupante João Santos foi detido pelos policiais ao tentar impedir que caçambas com palhas saíssem do local.....	36
Figura 5 - Debatendo-se com os policiais, João Santos foi levado à delegacia da Cidade Operária. ....	36
Figura 6 - Barracão improvisado na época das negociações.....	38
Figura 7 - Famílias organizadas em um único barracão aguardando o fim das negociações.....	38
Figura 8 - Avenida Jailson Viana na Cidade Olímpica (nome dado em homenagem póstuma ao adolescente morto durante o processo de ocupação).....	40

## SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES .....	08
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1. A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA ORAL PARA A HISTÓRIA - novos temas, novas abordagens .....</b>	<b>13</b>
<b>1.1 Uma Breve História da História Oral.....</b>	<b>17</b>
<b>1.2 Memória e História - Trabalhando com Fontes Orais.....</b>	<b>19</b>
<b>2. MÍDIA E CONFLITO URBANO: a cobertura dos jornais <i>O Estado do Maranhão</i> e <i>O Imparcial</i> na ocupação da Cidade Olímpica .....</b>	<b>26</b>
<b>2.1 Localização Geográfica da Cidade Olímpica .....</b>	<b>30</b>
<b>2.2 Histórico da Ocupação Segundo os Jornais: O Estado do Maranhão e O Imparcial .....</b>	<b>30</b>
<b>3. A HISTÓRIA DA CIDADE OLÍMPICA NOS RELATOS DE SEUS MORADORES .....</b>	<b>43</b>
<b>3.1 A Ocupação .....</b>	<b>43</b>
<b>3.2 O Cotidiano da Ocupação.....</b>	<b>55</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>63</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>65</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>70</b>

## INTRODUÇÃO

A escolha de uma temática relativa a uma determinada ocupação urbana utilizando a História Oral simboliza o ingresso do pesquisador na busca de testemunhos que possibilitem a compreensão acerca de uma determinada temporalidade ou período histórico. Nosso objeto de pesquisa está relacionado ao cotidiano da ocupação urbana ocorrida em 1996, em São Luís, denominada Cidade Olímpica.

A falta de estudos sobre essa ocupação, mais especificamente, sobre a organização do movimento, a resistência, a luta pela terra e o cotidiano dos primeiros moradores no início da ocupação nos despertou para a escolha de tal objeto. Nesse sentido, por se tratar de uma história do tempo presente, observa-se uma ampla possibilidade para a história oral, enquanto metodologia.

O tema deste trabalho: *Cidade Olímpica: a memória da luta pela terra urbana* foi sendo construído ao longo de estudos sobre metodologias de pesquisa em História, dentre elas a metodologia da história oral. Por muito tempo, o documento escrito e os “grandes eventos” foram considerados os únicos dignos de pesquisa. Não desconsideramos a importância destes para a produção historiográfica, mas é interessante relativizar tal crença diante de “novas” metodologias e abordagens na pesquisa histórica.

A questão que analisamos leva em conta os depoimentos de seus primeiros moradores no período da ocupação<sup>1</sup>, bem como os discursos dos jornais na época. Além da diversidade de assuntos que se fazem presentes no cotidiano da ocupação, a variedade dos agentes nele envolvidos amplia as perspectivas do assunto, ao mesmo tempo em que levam o historiador a uma melhor ponderação de como escolher os testemunhos que farão parte de sua pesquisa. Estas considerações relacionam-se com a minha experiência vivenciada quando da elaboração de projetos de pesquisa relacionado à história oral e de estudos sobre a mesma.

Na busca de elementos para esclarecer o processo de ocupação da área Cidade Olímpica e a sua grande repercussão na mídia, foi que debruçamo-nos sobre diversos documentos selecionados, envolvendo desde a documentação escrita, no caso dos jornais, fotos e imagens de particulares. Ressaltam-se, especialmente, os depoimentos colhidos junto aos protagonistas da ocupação, com os quais intentamos descobrir o significado dos depoimentos (relatos), que representam posições ideológicas específicas sobre a questão

---

<sup>1</sup> Preferimos utilizar o termo ocupação para diferenciar de invasão, pois a maioria dos autores recentes que tratam dessas temáticas já utilizam o termo ocupação no sentido de valorizar as lutas das pessoas que fazem parte desses movimentos de luta pela posse da terra urbana e da moradia.

tratada, uma vez que cada um deles desenvolveu olhares diferenciados sobre o movimento.

Desse modo, diferentes aspectos da ocupação foram tratados ao longo da pesquisa. Os resultados demonstram que a maioria dos documentos (jornais) da época, especialmente *O Estado do Maranhão* de propriedade da família Sarney<sup>2</sup> expressa uma versão oficial, na medida em que suas abordagens privilegiam os discursos de autoridades políticas ou mesmo a opinião de uma elite acerca da realidade de uma ocupação que é amenizada em prol de interesses políticos da então governadora Roseana Sarney (95-2002). Os documentos pesquisados propiciam ricos subsídios, que nos fazem compreender a temática proposta, principalmente se observarmos as razões da prioridade dada aos jornais, como fonte informativa.

Mesmo reiterando o valor da documentação consultada, percebemos os limites presentes em tais fontes que nos levasse de fato a compreender a história dessa ocupação. Nesse sentido, o uso da História Oral tornou-se um importante recurso, a princípio, complementar aos conteúdos obtidos através das fontes documentais. Todavia, o conhecimento foi sendo progressivamente ampliado por intermédio de novas leituras a respeito da história oral, seguindo a influência francesa que privilegiava a nova história, novos temas, novas abordagens, levaram-nos mais além do que no início nos propusemos.

Ao penetrar no estudo da história oral, percebemos a dimensão dessa opção metodológica. Estudamos a relação existente entre Memória e História, procurando descobrir a associação presente entre o coletivo e o individual. Mesmo com variadas interpretações, oriundas da distinção entre história e memória, a apropriação dos dois conceitos amplia a possibilidade de compreensão do acontecimento histórico estudado (da história estudada). A memória é considerada, de acordo com a sua dimensão social, a representação de uma realidade onde se entrelaçam o individual e o coletivo, possibilitando assim, uma análise diferenciada daquela transmitida pela documentação tradicional.

A estrutura dos capítulos que compõem o presente estudo procurou dimensionar o uso da História Oral. O trabalho foi dividido em três capítulos: No primeiro, optamos por privilegiar a importância da História Oral para a História e os novos temas para o estudo histórico, fazendo uma análise sobre memória e história e, trabalhando as fontes orais em pesquisa tendo como suporte teórico autores que escreveram sobre a oralidade.

---

<sup>2</sup> O jornal *O Estado do Maranhão* surgiu no final da década de 50 (01.05.1959) no início chamava-se *Jornal do Dia*. O nome atual foi dado em 1973. Julga-se porta voz da população maranhense. A mudança em sua característica, segundo o jornal deve-se as exigências dos leitores ao longo do tempo, orgulhando-se por se considerar líder no mercado. Além do jornal, a família Sarney também é responsável pelo Sistema Mirante de Televisão, retransmissora da Rede Globo no Estado.

O segundo capítulo privilegia o papel da imprensa enquanto formadora de opinião e a história da ocupação da área com base na cobertura dos jornais *O Estado do Maranhão* e *O Imparcial* de maior circulação na cidade. O terceiro capítulo contempla a descrição e a interpretação histórica dos relatos orais dos primeiros ocupantes que lutaram pela posse da área e que participaram da *Comissão dos Sem Teto*<sup>3</sup>, suas lutas, o convívio social, as manifestações culturais e o processo de negociação junto ao poder público.

---

<sup>3</sup> Comissão que reunia as lideranças dos sem teto da Cidade Olímpica.

## **1. A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA ORAL PARA A HISTÓRIA:** novos temas, novas abordagens.

A objetividade e a metodologia em pesquisa histórica estão inseridas em um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural, ou seja, estão estritamente ligadas a uma particularidade. Por isso, os métodos, os interesses, os documentos, as questões propostas devem ser organizados dentro dessa particularidade e do “todo” que o historiador faz parte. Certeau fala da importância do lugar social e dos métodos de pesquisa. Segundo ele:

(...) o gesto que liga as idéias aos lugares é, precisamente, um gesto de historiador. Compreender, para ele, é analisar em termos de produções localizáveis o material que cada método instaurou inicialmente segundo seus métodos de pertinência. (CERTEAU, 1999, p. 65)

O autor referido observa que a história “objetiva” perpetuou a idéia de ser detentora da verdade, principalmente por intelectuais filósofos que defendiam tal objetividade. No entanto, através de análises feitas por outros historiadores, vem sendo mostrado que toda interpretação histórica depende de uma referência, valores, conceitos, problematizações de quem escreve, da academia, de um tema e de uma subjetividade. A “relatividade histórica” está composta de uma multiplicidade de filosofias individuais, de ponto de vista tanto de historiadores como de pensadores que trabalham conteúdos históricos.

Marc Bloch (2001, p. 81), ressalta a importância dos testemunhos e a transmissão destes numa abordagem histórica, bem como as técnicas utilizadas em seu ofício:

A diversidade dos testemunhos é quase infinita. Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica tudo que toca pode e deve informar sobre ele. (...) É bom, a meu ver, indispensável que o historiador possua ao menos um verniz de todas as principais técnicas de seu ofício. Mesmo apenas a fim de saber avaliar, previamente, a força da ferramenta e as dificuldades de seu manejo.

Podemos perceber que o autor não descarta nenhuma possibilidade metodológica para o trabalho historiográfico, ressaltando a diversidade dos testemunhos, que são os produtores da História, daí a importância dada à oralidade. Marc Bloch opôs-se a historiografia positivista e inaugurou a noção de “história como problema”. Para ele a História seria a “ciência do homem no tempo” (BLOCH, p. 55). Lucien Febre, um especialista no século XVI, junto com Marc Bloch, funda em 1929 a *Escola dos Annales*, que teria papel fundamental na constituição de um novo modelo de historiografia que já não privilegiava mais os grandes acontecimentos históricos, reconhecidos como únicos a ser abordados.

Naquele contexto, inúmeros fatos históricos foram revitalizados como dignos de serem estudados, as técnicas e metodologias foram redimensionadas. Esse tipo de visão crítica oposta aos modelos mais tradicionais de historiografia, que acreditavam naquilo que Le Goff chamou de “imperialismo dos documentos”, marcou Bloch e toda a primeira geração dos *Annales*. Le Goff (2001, p. 27), assim define a História em relação aos documentos, testemunhos e métodos de pesquisa:

O essencial é enxergar que os documentos e os testemunhos só falam quando sabemos interrogá-los...; toda investigação histórica supõe, desde seus primeiros passos, que a investigação já tenha uma direção.

Reis (2003, p. 82) ressalta que o objeto de estudo do historiador está inserido em um dado contexto social:

O objeto do historiador são os homens, suas significações, intenções e ações que devem ser compreendidas, mas em seus grupos, em seus modos concretos e repetitivos de comportamento, nas normas sociais.

Segundo o autor, o homem não produz cultura de forma isolada, é na interação com outros homens que vai formando o todo do tecido social e, é sobre esse “todo” ou parte deste, com sua vasta complexidade que o historiador se debruça.

Essa ampliação de objetos de estudos e de metodologias, no caso da história oral faz nossa temática digna de pesquisa e, por consequência, de produção científica nos meios acadêmicos.

Paul Thompson faz uma reflexão sobre a contribuição da história oral em pesquisas históricas desde a realização de projetos, a entrevista, até a interpretação feita pelo historiador. A reconstrução da História torna-se, ela mesma, um processo de colaboração muito mais amplo, em que não-profissionais devem desempenhar papel crucial. Assim,

Um projeto de história oral, mais do que lhes propiciar novos contatos sociais e, às vezes, levar a amizades duradoras, pode presta-lhes um inestimável serviço. Muito frequentemente ignoradas, e fragilizadas economicamente, podem adquirir dignidade e sentido de finalidade ao rememorarem a própria vida e fornecerem informações valiosas a uma geração mais jovem. (THOMPSON, 2002, p. 33)

O autor ressalta que a pesquisa feita através da história oral vai muito além da produção de documentos, perpassa as relações sociais, as trocas de experiências e o mais importante, o ensinamento. Um dos primeiros autores no Brasil a pensar a história oral como metodologia de trabalho foi Bom Meihy, que publicou o *Manual de História Oral* (1998), com o objetivo maior de explorar novas alternativas para a constituição e análise da documentação oral. Partindo do pressuposto que história oral é mais que entrevista, o manual



foi escrito como ponto de partida para todos que acreditam nas possibilidades de pesquisas historiográficas tendo como base a metodologia de história oral.

A historiadora Janotti (in BOM MEIHY, 1995, p. 56), ao refletir sobre os procedimentos e possibilidades da história oral faz uma análise dos confrontos de posições quando determinado campo de conhecimento começa a ser discutido pela comunidade científica. Para a autora:

Não apenas no Brasil, mas também nos centros internacionais onde se trabalha com fontes orais, a constituição de um novo saber livre dos rigores das concepções positivistas, tem como principais elementos constitutivos criatividade, inovação, interdisciplinaridade e... Polêmica. Nesse estimulante debate intelectual encontram-se nossos autores com seus textos. Construtores desse novo saber, apresentam pontos de vista diferentes sobre muitos aspectos conflitantes.

A historiadora chama a atenção para três aspectos: o primeiro, é a ampliação do conhecimento em história oral, o segundo, a utilização da história oral, tanto no Brasil como no exterior, e o terceiro, o debate travado sobre esse “novo” conhecimento de acordo com pontos de vista diferentes e por isso, conflitantes. Para Janotti esses debates são válidos e coloca o historiador como co-participante pela produção de conhecimentos a serem utilizados no futuro. A “nova história”, livre dos cânones rígidos, onde a história do presente, do cotidiano e da experiência individual adquiriu significativa importância começa a ser ampliada de fato entre pesquisadores e estudiosos.

Nesse sentido, a relevância do tema dá-se em função da importância da pesquisa sobre as origens e o desenvolvimento de uma ocupação urbana ocorrida em São Luís chamada Cidade Olímpica a partir da fala de seus primeiros moradores que lá residem até hoje. Para isso, a importância da história oral como metodologia de trabalho na produção de conhecimento e valorização das memórias e recordações dos indivíduos.

O nosso intuito é, ao considerar os méritos da História Oral, reconhecer, além de sua significativa contribuição à ampliação dos recursos metodológicos, os horizontes que lhe são impostos na construção do saber histórico, presente no olhar subjetivo de cada pesquisador. O importante é entendermos a maleabilidade das fontes utilizadas, quaisquer que sejam os tipos ou procedência das mesmas, cabendo ao historiador explorá-las de acordo com os pressupostos utilizados como fundamentação do trabalho efetuado.

É costume entre os pesquisadores envolvidos com o uso da História Oral supervalorizarem a sua opção metodológica, não se preocupando em ampliar ou complementar as abordagens apresentadas, através da consulta aos documentos escritos, que não são os únicos dignos de pesquisa, mas poderiam ser explorados de acordo com a

viabilidade da ampliação das fontes escolhidas.

Como recomenda Prins (1992), as fontes orais estão sendo utilizadas para dar nova dimensão a história de comunidades de diversas partes do mundo. Nesse sentido, a pesquisa está pautada na metodologia da história oral enquanto metodologia de trabalho, como também na documentação escrita como no caso dos jornais, na construção de uma análise da história de uma ocupação urbana ocorrida em 1996, chamada Cidade Olímpica. Sobre a oralidade, Jucá (2003, p. 52), enfatiza o valor da História Oral, para ele:

O valor da história oral reside na possibilidade de diálogo a ser mantido entre os entrevistados e o pesquisador, onde a subjetividade na construção do conhecimento histórico não brota exclusivamente de uma única posição, mas do diálogo travado entre o entrevistador e o entrevistado.

Deve-se ser ressaltado que uma das contribuições decisivas à inovação temática e metodológica na História resultou da importância das fontes orais na ampliação dos estudos dedicados à história local. Ainda, segundo Jucá:

Dificilmente nos documentos oficiais se apresentam informes que ultrapassem os limites da estrutura administrativa vigente, sempre preocupada com a manutenção da ordem e das funções a serem desempenhadas pelos que participam do modelo administrativo adotado. Por isso, os depoimentos coletados de indivíduos menos privilegiados na estrutura social estudada permitem uma abertura à compreensão da temática estudada, uma vez que propiciam a descoberta de novos olhares sobre os temas selecionados. (JUCÁ, 2003, p. 53-53)

Nesse sentido, analisamos a história dessa ocupação urbana em São Luís tomando como pressupostos os discursos dos moradores que residem até hoje na área, fazendo um contraponto com os discursos dos jornais que divulgaram o fato na época. Para entendermos melhor esse contexto utilizamos conceitos como memória, história, a questão da moradia em termos políticos, econômicos e sociais.

Em relação às fontes escritas, Michel de Certeau, Roger Chartier e Michel Foucault trabalham com conceitos importantes para compreensão de tais fontes como, por exemplo, a idéia de operação histórica ligada a um lugar social delineadas por Certeau. Para Chartier as práticas sociais são vistas como representação, com ênfase no conceito de cultura. Foucault por sua vez tomará as relações sociais no campo do discurso.

Os autores afirmam esses conceitos de forma bem expandida, se referindo a diversos aspectos. Para nós, abrange as várias noções de conjuntura presente em nosso trabalho, uma vez que analisamos diferentes pontos de vista tanto na documentação oral quanto escrita sobre uma mesma temática. Para fundamentar teoricamente essas noções recorreremos mais uma vez a Chartier (1991, p. 177):

Daí as tentativas para decifrar de outro modo as sociedades, penetrando na meada das relações e das tensões que as constituem a partir de um ponto de entrada particular (um acontecimento, importante ou obscuro, um relato de vida, uma rede de práticas específicas) e considerando não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles.

A história oral pode ser utilizada não somente para preencher lacunas, mas na produção de uma vasta documentação a partir da oralidade. Portanto, este trabalho foi pautado no objetivo de analisar a dinâmica social, política e cultural de uma ocupação urbana ligada à luta pela terra a partir da oralidade de seus autores.

### **1.1 Uma Breve História da História Oral**

A história oral surgiu como forma de valorização das memórias e recordações dos indivíduos. Para Meihy (1996) a moderna História Oral tem um passado muito remoto, poderíamos dizer que a História Oral é tão velha quanto a História, pois toda a história passa a ser escrita quando passa anteriormente pela oralidade.

A História Oral foi a primeira espécie de história. Foi na *Universidade de Columbia*, em Nova York, que nasceu em 1947 a moderna História Oral, a partir da organização sistemática e diferenciada de um arquivo, realizada pelo jornalista Allan Nevins, que oficializou o termo, que passou a ser indicativo de uma nova postura em face às entrevistas. Esse primeiro momento da história oral privilegiou o estudo das elites e se atribuiu à tarefa de preencher as lacunas do registro escrito através da formação de arquivos com fitas transcritas.

Para Ferreira (2002, p. 322-323), a História Oral, ao longo do tempo foi utilizada por muitos historiadores para elaboração de seus projetos, e a partir da década de 50 é que se ampliou essa prática com o intuito de se criar instrumental para futuros historiadores. Enfatiza ainda que o crescimento da História Oral, data dos anos 60, enquanto que a sua pretensão de se constituir em uma “outra história”, surge no contexto dos movimentos de contestação radical dos anos 60 e 70. Segundo a autora:

A plena expansão desse processo, que constituiu um verdadeiro boom, teve lugar apenas na segunda metade dos anos 60, prolongando-se ao longo da década de 1970, especialmente nos EUA. As lutas pelos direitos civis, travadas pelas minorias de negros, mulheres, imigrantes etc., seriam agora as principais pela afirmação da história oral, que procurava dar voz aos excluídos, recuperar as trajetórias dos grupos dominados, tirar do esquecimento o que a história oficial sufocara durante tanto tempo. A história oral se afirmava, assim, como instrumento de construção de identidade de grupos e de transformação social – uma história oral militante. Essa

proposta, entretanto, não teve boa acolhida entre a comunidade acadêmica, e menos ainda entre os historiadores.

De qualquer forma, a idéia da história oral como história dos excluídos expandiu-se para outros países, ganhando adeptos na Inglaterra. A publicação da obra de Paul Thompson, *A voz do passado*, em 1978, radicalizou a idéia de que a história oral tem por função devolver a história do povo, promover a democratização da história em si mesma. A história oral deveria se firmar como uma contra-história, operando uma inversão radical nos métodos e objetos consagrados. Deveria ser uma história militante e politicamente engajada. Na obra citada, Thompson (2002, p.44) descreve a importância da história oral:

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimulam professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato – e, pois, a compreensão entre classes sociais e entre gerações. E para um cada um dos historiadores e outros que partilham das mesmas intenções, ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época. Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos. Paralelamente, história oral propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente a sua tradição. E oferece os meios para uma transformação radical do sentido social da história.

Para Thompson (2002) a história oral constitui-se na reunião da evidência oral e da reminiscência presente na história e na cultura do povo. A História Oral, desse modo, torna-se construção em torno de pessoas que podem ser líderes de seus grupos ou classes, mas também ser desconhecidas da maioria.

Ferreira & Amado (2005) relatam que foi na década de 70 que a História Oral floresceu de maneira mais sistematizada, com a realização de encontros internacionais em 1975.

No Brasil, a História Oral foi introduzida nos anos 70, com a criação, na Fundação Getúlio Vargas (FGV), de um programa de História Oral, que tinha como objetivo obter depoimentos de líderes políticos que atuaram a partir da década de 20. Assim, o caminho da construção da História Oral no Brasil passa pelas experiências acumuladas pela Fundação Getúlio Vargas.

Segundo as autoras, somente a partir dos anos 90, a História Oral passou a ter maior dimensão no Brasil, o que aconteceu em vista da realização de inúmeros seminários e cursos que procuraram discutir esse tema e também através de intercâmbios com pesquisadores do exterior. Um marco dos anos 90, no âmbito da História Oral no Brasil é a instituição da *Associação Brasileira de História Oral (ABHO)*, que congrega estudiosos

especializados nesta temática.

Para Meihy (2002) a história oral nasceu vinculada à necessidade do registro de experiências que tinham repercussão pública. Os efeitos e a aceitação coletiva dessas narrativas determinaram seu sucesso, independentemente do registro oficial. Isso equivalia a uma nova noção de cidadania.

Ferreira (2002) afirma que as primeiras experiências sistemáticas no campo da História Oral no Brasil tiveram início a partir de 1975 e, apesar da expansão ter ocorrido entre professores e estudantes universitários, não resultou num debate metodológico consciente. A partir da década de 90, é que História Oral no Brasil obteve reconhecimento e institucionalização.

A História Oral é, essencialmente, o registro da memória viva, de uma comunidade, de uma família ou mesmo de uma pessoa. É esta singularidade que lhe confere o fascínio. A sua força vem da sua subjetividade, e o seu poder da autenticidade do seu narrador. A História Oral é o registro da transmissão do conhecimento, feita através da sutileza da língua falada. Dessa forma propicia a redescoberta de costumes e hábitos, a recriação de ambientes familiares e coletivos, ou seja, podem-se reabrir alguns capítulos da História. Neste aspecto, lembramos que a História Oral pode ser utilizada em vários ambientes e estes necessariamente não precisam estar exclusivamente dentro das universidades. Pode ser utilizada em escolas para conhecer sua própria comunidade; conversar sobre o passado recente, estreita o relacionamento entre jovens e idosos e valoriza os traços sociais locais.

A História Oral, como afirmou Le Goff (1992) a propósito da história do cotidiano, situa-se no cruzamento de alguns novos interesses da História, lembrando-nos que no seio do cotidiano há uma realidade que se manifesta de uma forma completamente diferente do que acontecem nas outras perspectivas da história: a memória.

Neste aspecto, a possibilidade oferecida pela História Oral, que nos dá a vantagem de poder ser um método usado independentemente de documentos escritos, propicia que se resgate o cotidiano das pessoas, considerando que a memória de um indivíduo é um ponto de partida de uma parte do todo que é a memória coletiva.

## **1.2 Memória e História - Trabalhando com Fontes Orais**

Nos últimos anos, grandes transformações marcaram o debate historiográfico, e alguns poucos historiadores preservam a crença na capacidade da história de

produzir um conhecimento inteiramente objetivo e recuperar a totalidade do passado. A objetividade das fontes escritas com que o historiador trabalha foi definitivamente posta em questão.

A historiografia da Antiguidade Clássica, como é sabido, recorreu aos testemunhos diretos na construção de seus relatos. Mas, esse tipo de fonte foi desqualificado na segunda metade do século XIX, sendo restaurado no século XX por historiadores que defendiam a validade do estudo do tempo presente. No entanto, a incorporação à disciplina histórica do estudo da história recente e do uso das fontes orais produzidas através da história oral não é ponto pacífico: muitas vezes é vista com suspeição e avaliada de forma negativa.

Abordar o fenômeno da oralidade é defrontar-se e aproximar-se de um aspecto central da vida dos seres humanos: o processo de comunicação, o desenvolvimento da linguagem, a criação de uma parte muito importante da cultura e da esfera simbólica humana. Nas sociedades orais<sup>4</sup>, o narrador adequava sua fala ao contexto da enunciação e da platéia que o ouvia. Ao contrário dessa maleabilidade da transmissão oral, a transmissão escrita é rígida. Meihy (1996, p. 45) assim se refere sobre a tradição oral:

Uma das mais bonitas expressões da História Oral é a tradição oral. (...) ela remete às questões do passado longínquo que se manifestam pelo que chamamos folclore e pela transmissão geracional, de pais para filhos ou de indivíduos para indivíduos.

A memória, seja como história da sociedade ou não, tem o papel de nos libertar do passado. Os estudiosos da história oral Ferreira & Amado (2005), assinalam que a memória é uma atualização do passado ou presentificação do passado e é o registro do presente que permanece como lembrança. A memória pode ser considerada uma evocação do passado. É a capacidade que o homem possui de reter e guardar o tempo que foi salvando-o da perda total. A lembrança conserva aquilo que se foi e não retornará jamais.

Alguns autores que trabalharam utilizando como metodologia de pesquisa a história oral diferenciam memória e história, no sentido de explicar suas atribuições e ao mesmo tempo sua inter-relação. É importante frisarmos as idéias desses autores no sentido de entendermos como podemos trabalhar com uma história do presente por meio de relatos ou depoimentos orais sem que a pesquisa perca sua cientificidade.

Lucília Neves (2000, p. 112) faz uma análise da relação memória e história. Para a autora, a função social da memória histórica está em ser um suporte da identidade coletiva, quando afirma que a história retira da memória seu caráter espontâneo,

---

<sup>4</sup> A idéia de sociedades orais refere-se à existência de grupos sociais que têm como única fonte de informação e registro a oralidade.

transformando-a em fonte de produção intelectual. Segundo a autora:

Na verdade, a oposição entre memória e História não chega a ser real. O que existe são atribuições diferentes, mas complementares entre cada uma delas, sendo que a necessidade de construção da identidade as aproxima, tornando fértil sua relação.

Memória e História são processos sociais, construções dos próprios homens que têm como referências as experiências individuais e coletivas que fizeram parte de suas vidas em sociedade. O trabalho com a História Oral desencadeia a releitura de vestígios e de reconstrução da identidade histórica. Nesse contexto, a memória constitui-se como fonte informativa para a História, constitui-se também como base da identidade, na medida em que as pessoas se identificam com essa história contada, construída e reconstruída. Neves (2000, p. 113) acrescenta ainda:

Na História, como processo, é compartilhado de experiências, mesmo que inúmeras vezes sob a forma de conflitos. A memória, por sua vez, como um dos fatores presentes no resgate da História compartilhada, é esteio da identidade.

Nesse sentido, os lugares da memória, podem ser considerados esteios da identidade social com a função de evitar que o presente fique desprezado do passado e descomprometido com o futuro. O mesmo acontece com a História Oral: é uma produção intelectual orientada para a produção de testemunhos históricos e que contribui para evitar o esquecimento e para registrar múltiplas visões sobre o que se passou além de contribuir para a construção/reconstrução da identidade histórica de uma dada sociedade. Para Meihy (2002, p. 53-54) a relação que separa história e memória é o próprio processo em que se dá a oralidade, ou seja,

É a dinâmica da oralidade que separa a história da memória. É aí que se dá o papel da história oral como mediadora entre uma solução que se baseia em documentos escritos (história) e outra (memória) que se estrutura, quase que exclusivamente, apoiada na fluidez das transmissões orais.

A história oral empreende um esforço voltado para possibilitar o afloramento da pluralidade de visões inerentes à vida em coletividade. É esse caráter heterogêneo da história oral considerado uma das suas maiores potencialidades que torna dinâmica a captação do que passou segundo a visão de diferentes depoentes. Tomando como base essa potencialidade, o trabalho do historiador é duplo: estimular o ato de rememorar do depoente cuja operação intelectual demanda crítica e análise, especialmente na fase de preparação dos roteiros das entrevistas (relatos orais) e fazer a análise e interpretação do documento produzido.

Jucá descreve a relação memória e história tomando como referência os trabalhos de Montenegro, (2001) e D'Aléssio, (1991). As idéias dos autores revelam que a memória por ser social é sempre vivida e compartilhada, ao passo que a história escrita torna-se parcial, ou melhor, reflete apenas a interpretação do seu autor, tornando-se deveras limitada, se confrontada com a memória (os relatos orais) de diversos indivíduos. Em obra coletiva, destacando Jucá (2003, p. 29) diz que,

(...) a memória despontaria como uma viabilidade de revelar aspectos que poderiam ser relegados pela história documental, sobretudo se considerarmos as condições afetivas que aproximam os indivíduos pertencentes a uma mesma faixa etária e posição social. Portanto, a história é reconstruída mantendo uma distância entre quem a elabora e os envolvidos no seu enredo. Já a memória não estabelece uma cisão entre o passado e o presente, pois as lembranças permanecem, mesmo sendo reconstruídas com novas versões apresentadas, ao passo que a História se apresenta de forma fragmentada.

Nesse sentido, o reconhecimento da memória coletiva na elaboração de trabalhos históricos surgiu, a princípio em decorrência do crescimento das pesquisas relacionadas à História Oral, a memória passou a ser utilizada como recurso para ultrapassar as barreiras impostas pela documentação tradicional. Como afirmam Jucá e Fenelon<sup>5</sup>, devemos reconhecer o uso da fonte oral como uma fonte documental a mais para o trabalho do historiador e, como tal, sujeita aos mesmos cuidados que dedicamos aos considerados “documentos escritos oficiais” .

O avanço das práticas da história oral, nas décadas de 70 e 80, se deu quando se tornavam presentes, na historiografia, as opções de uma chamada “história vista de baixo” ou do ponto de vista dos dominados dando importância às memórias e conseqüentemente à História de minorias excluídas, trazendo para a academia uma discussão mais abrangente sobre a cultura popular, sua produção e presença na sociedade. Segundo Fenelon, “não é difícil perceber a íntima correlação entre a história oral e a história social, questões, temáticas e problemáticas”. (FENELON, 1996, p. 26).

A produção de depoimentos, as fontes orais através da História Oral é um caminho extremamente rico para poder desvendar questões, abrir novas problemáticas. As inúmeras pesquisas realizadas que se utilizam das fontes orais são um exemplo de como a História Oral pode estar ligada diretamente aos objetivos concretos da sociedade, permitindo que, através da recomposição do passado, se possa construir novas formas de disseminação das análises e interpretações da História.

---

<sup>5</sup> Autora do artigo: O Papel da História Oral na Historiografia Moderna publicada no livro, (Re) introduzindo História Oral no Brasil, Org: José Carlos Sebe Bom Meihy.



Uma das muitas possibilidades da História Oral é a de recuperar a narrativa e a tradição oral. O registro da oralidade é uma prática, por excelência, para se conhecer a memória de uma comunidade e também para divulgá-la para um público mais vasto. Lembremos Bosi (1993, p. 371) que “rememorar é uma função social, não é sonho”. Assim, a busca da memória e das lembranças faz parte do sentido da história presente e é, através da narrativa oral que se pode resgatar o papel do indivíduo enquanto agente social na história.

A valorização da oralidade e a questão da subjetividade são tratadas como problemáticas importantes na recuperação dos testemunhos, que muitas vezes foram renegados pela História dita oficial. A preocupação gira em torno de resgatar o indivíduo enquanto sujeito histórico na relação homem/sociedade.

Levando em conta essa problemática, a defesa no uso da metodologia da história oral baseia-se na inter-relação da memória com a história. Através de um projeto de pesquisa previamente elaborado o historiador desenvolverá uma temática em que fará uso dos depoimentos orais para transformá-los em documentos escritos a serem interpretados e analisados pelo historiador, podendo o mesmo fazer uso de outros documentos escritos além dos produzidos por meio da fonte oral.

Montenegro (2001) tomando como referência debates acerca da “memória coletiva” e “memória histórica” feitas por Halbwachs, Thompson, Le Goff entre outros, afirma que o campo da memória se construiria a partir dos acontecimentos e dos fatos que também se transformam em elementos fundamentais da história.

Por isso,

(...) enquanto a memória resgata as reações ou o que está submerso no desejo e na vontade individual e coletiva, a história opera com o que se torna público, ou vem à tona da sociedade, recebendo todo um recorte cultural, temático, metodológico a partir do trabalho do historiador (MONTENEGRO, 2001, p. 20).

Nesse sentido, o resgate da memória coletiva e individual se projeta como uma possibilidade de trazer para o plano do historiador o registro dos acontecimentos e fatos históricos vividos pelos excluídos da historiografia “tradicional” centrada em documentos escritos e em uma história valorativa de “grandes” fatos históricos. Assim, os oralistas<sup>6</sup>, atualmente, têm pensado a história a partir de três pressupostos, que estão inter-relacionados; pensar o passado a partir do presente, buscar um entendimento do nosso tempo para a compreensão de uma “outra história” (HOBSBAWN, 1990, p. 18) e dar voz aos “excluídos” da História. Segundo Meihy (2002, p. 15) é possível questionar a tradição historiográfica

---

<sup>6</sup> Cientistas vinculados às Ciências Sociais e Humanas que utilizam da história oral como metodologia de trabalho.

baseada em documentos ditos oficiais através da oralidade, para ele,

Atualmente, a história oral já é parte integrante do debate sobre a função do conhecimento social e atua em uma linha que questiona a tradição historiográfica centrada em documentos oficiais; por isso, ela é hoje inerente aos debates sobre tendências da história contemporânea. Como pressuposto, a história oral implica uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. É isso que a marca como história viva.

É unânime entre, os historiadores, que lançaram mão em suas pesquisas das fontes orais os desafios que precisam ser superados. No entanto, as pesquisas feitas utilizando este tipo de fonte vêm demonstrando que é possível fazer História longe dos cânones rígidos do positivismo ainda muito presente na academia.

Nesse sentido Pereira<sup>7</sup> (2000) faz uma reflexão sobre os gêneros trabalhados em história oral e os cuidados que os pesquisadores que pretendem utilizar as fontes orais precisam estar conscientes dos limites e possibilidades no uso dessas fontes. Segundo ela, “Sabemos que nem sempre é possível escapar de todos os perigos, mas acreditamos que estarmos conscientes de sua existência já é um passo nessa direção” (PEREIRA, p. 126).

Assim, devemos estar atentos às potencialidades e limites do uso da metodologia para que nossa pesquisa frutifique junto à comunidade que a gerou como também, sirva de pressupostos para outras pesquisas historiográficas.

A história oral tem influenciado no comportamento das disciplinas universitárias. A partir do uso de entrevistas, a história oral tem aproximado pessoas e instituições preocupadas com dois aspectos importantes na vida contemporânea: o registro de depoimentos e testemunhas feitos com recursos da moderna tecnologia, e a inclusão de histórias e versões mantidas por segmentos populacionais antes selecionados, por diversos motivos, ou que tenham interpretações próprias, variadas e não oficiais, de acontecimentos que se manifestam na sociedade.

Para Meihy (2002, p. 20-21), a necessidade da História Oral se fundamenta no direito de participação social, e nesse sentido está ligada ao direito de cidadania. Assim,

(...) a história oral respeita as diferenças e facilita a compreensão das identidades e dos processos de suas construções narrativas. Todos são personagens históricos, e o cotidiano e os grandes fatos históricos ganham equiparação na medida em que se trançam para garantir a lógica da vida coletiva.

A existência de depoimentos colhidos no tempo presente pode ser usada

---

<sup>7</sup> Neste texto a autora faz uma análise sobre os gêneros literários, histórias de vida, biografias e autobiografias considerando seus limites e possibilidades. Considera como fonte os arquivos pessoais, como diários, memórias, correspondências, etc.

como contribuição para preencher os vazios documentais, lacunas de informações ou mesmo completar ou promover o diálogo com outras fontes, como o caso que estamos analisando: a ocupação de uma área urbana, fazendo um contraponto entre o discurso dos jornais do período e a “fala” (discursos) dos primeiros moradores da área hoje denominada Cidade Olímpica.

## 2. MÍDIA E CONFLITO URBANO: a cobertura dos jornais *O Estado do Maranhão* e *O Imparcial* na ocupação da Cidade Olímpica

O contexto da luta pela moradia travada pelos sem-teto para obtenção de terra foi registrado nos dois principais jornais que circulam na cidade, são eles: *O Estado do Maranhão* e *O Imparcial*. Escolhemos a utilização desses jornais por oferecer maior acessibilidade no acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite e por estarem organizados por ano, o que não acontece com os outros jornais.

Nos discursos jornalísticos dos dois veículos analisados percebe-se como foi tratada a questão da luta pela terra urbana, o primeiro privilegiou a notícia como informativa e sem muitas manchetes que desmoralizasse o governo, já que no ano de 1996, início da ocupação, o governo era ocupado por Roseana Sarney, e o jornal pertence a sua família, tradicional elite política do Estado. Em contrapartida o jornal *O Imparcial*, privilegiou o “drama” vivenciado pelas pessoas do movimento. A análise dessas posições coloca em evidência os interesses políticos dos dois jornais na época.

Em relação ao contexto histórico na época, segundo Nogueira (2004) Roseana Sarney é eleita governadora do Estado para dois mandatos consecutivos. O primeiro mandato exercido no período de 1995 a 1998 é resultado de uma disputa eleitoral acirrada em dois turnos<sup>8</sup> como o candidato que na época era oposição à família Sarney, Eptácio Cafeteira<sup>9</sup>.

Segundo Lírio (2005) em artigo publicado na revista Carta Capital sobre essa eleição, Roseana Sarney que concorria em 1994 pela primeira vez o governo do Estado estava 11 pontos percentuais atrás de Eptácio Cafeteira, um ex-aliado que havia rompido com a tradicional oligarquia do Estado hoje ele está unido novamente aos Sarney. No início do segundo turno os jornais e a tevê começaram a divulgar que Cafeteira havia mandado matar o operário José Raimundo dos Reis Pacheco.

Somente dois dias antes do segundo turno, assessores de Cafeteira conseguiram localizar Reis Pacheco, vivo, em Roraima. Gravaram uma entrevista com o operário e a enviaram a São Luís. Seria exibida no horário eleitoral daquele mesmo dia, na tentativa de desmontar a versão de assassinato.

<sup>8</sup> Roseana vence o segundo turno por uma diferença de apenas 20.060 votos. Ela obteve 755.901 votos e Cafeteira, 735.841. A eleição de 1994 para o Governo do Estado foi de grande significação para sarneístas e cafeteiristas. Nela se enfrentaram prioritariamente Roseana Sarney, liderança surgida no interior do sarneísmo, principal líder do grupo político do qual deriva seu nome. (CALDEIRA, 2001; p.49).

<sup>9</sup> Eptácio Cafeteira, após essa disputa ferrenha contra a oligarquia Sarney, foi eleito senador em 2006, com o apoio ostensivo da família Sarney.

O material devia ter entrado no ar no programa da noite, mas, misteriosamente o sinal de tevê foi interrompido em todo o interior. A entrevista só foi exibida na capital, que tem um terço da população do Estado. LIRIO (in REVISTA CARTA CAPITAL, 2005, p. 36).

Roseana vence o segundo turno. Para o segundo mandato, ela é eleita no primeiro turno em 1998, com 66,01% <sup>10</sup> de votos válidos, disputando novamente com o mesmo candidato. Nos dois mandatos a mídia foi o braço forte que fez a diferença nas disputas eleitorais, na representação de uma imagem positiva a ser aceita pela opinião pública.

Os meios de comunicação correlacionam os discursos aos acontecimentos que pode ser, aparentemente, menos importante para o estudo do processo de formação da opinião pública, mas o que se observa é que as notícias fornecem às instituições, organizações e atores sociais em geral, um relato do seu posicionamento na sociedade.

Cabral da Costa<sup>11</sup> (in MATIAS, 2002, p. 21) em artigo publicado: *Novo Tempo/ Maranhão Novo: quais os tempos da oligarquia?* fala da importância da imprensa como forma de legitimação de poder, considera como umas das mais eficazes estratégias da política maranhense.

Outra das estratégias relaciona-se ao domínio dos meios de comunicação de massa e ao marketing dos números, numa tentativa de constituição de “currais eleitorais eletrônicos”, através de intensa propaganda, de comícios, de governos itinerantes, de vazios slogans de governo, enfim, uma bem planejada e executada política do espetáculo, que tem como principal suporte o Sistema Mirante e demais órgãos de imprensa controlados pelos aliados da oligarquia.

O governo de Roseana Sarney, a partir de 1996, começou a se fortalecer politicamente ao adotar a linha do Banco Mundial, que tem como base a implementação de políticas públicas de caráter compensatório, através da terceirização na execução de obras públicas para as associações comunitárias, tais como, eletrificação e poços artesianos, e a implementação da reforma agrária de mercado que não beneficiou de fato a questão agrária no Estado que continua sendo a maior concentração no Brasil segundo dados do IBGE.<sup>12</sup> As tímidas e desconexas ações de reforma agrária, realizadas pelo governo federal, através do

<sup>10</sup> Esses dados foram fornecidos pela Revista Carta Capital de 23 de novembro de 2005 que tem publicado toda a trajetória da família Sarney com o título: *Reinado sob Ameaça*, dando ênfase ao caso Convento das Mercês que pode servir como mausoléu do ex-presidente José Sarney.

<sup>11</sup> Professor do Departamento de História da UFMA. Este artigo foi escrito para um curso do MST, realizado em outubro de 2001, no assentamento Conceição Rosa (Itapecuru/MA). O presente artigo foi publicado na obra de Moisés Matias.

<sup>12</sup> Segundo Moisés Matias na obra: *Os outros Segredos do Maranhão* os dados preliminares do IBGE, todavia, apenas materializam o diagnóstico feito por outro estudo oficial, o Censo Agropecuário de 1996. O estudo 1996 comprovou o aumento da concentração fundiária, onde 54 estabelecimentos de 10.000 h ocupavam quase 10% da área total dos estabelecimentos agropecuários.

INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), e estadual, por meio do ITERMA (Instituto de Terras do Maranhão), não conseguiram alterar este quadro histórico.

Segundo Matias (2002, p. 78), contrariando a propaganda governamental, o censo agropecuário, feito pelo IBGE em 1995/1996, demonstrou que a concentração de terras no Maranhão havia aumentado. Cresceu a quantidade de grandes proprietários, houve redução do número de propriedades médias, como também o número de áreas muito pequenas. O pouco de reforma agrária que ocorreu, foi fruto da luta das famílias camponesas e de suas organizações representativas e de apoio. Os governos federal e estadual pouco fazem, limitam-se a atender parcialmente as reivindicações por terra, créditos e obras de infraestrutura.

Nesse contexto, a função dos jornais enquanto fonte informativa revela-se parcial, uma vez que estes emitem opiniões partindo de algum contexto histórico com objetivos e interesses de acordo com o grupo que vincula a informação. Grande parte do poder atribuído à família Sarney emana do controle dos meios de comunicação, segundo Lirio (2005) em Carta Capital:

Sarney compreendeu cedo a importância de um projeto de poder acoplado ao controle da mídia. Um mês após assumir o governo do Maranhão, iniciou a carreira de empresário da mídia ao comprar um pequeno jornal que viria a se tornar O Estado do Maranhão. Na Presidência da República, ao lado de Antônio Carlos Magalhães, comandou a maior distribuição de concessões de rádio e tevê da história. Foram mais de mil concessões, 165 delas a parlamentares que votaram pela prorrogação do mandato de presidente. LIRIO (in REVISTA CARTA CAPITAL, 2005, p. 36).

Ainda segundo a revista os cerca de 150 jornais, tevês e rádios do grupo Sarney e dos aliados cobrem 80% do Maranhão. Brittos & Gastaldo (2006, p. 127) afirmam que a confiança no discurso jornalístico e seu poder de definição da realidade fazem com que a imprensa seja considerada o quarto poder ao lado dos três poderes vinculados ao Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário). Nesse sentido,

(...) o jornalismo é uma dinâmica de construção de realidades, com maior ou menor relação com os fatos sucedidos nos campos político, econômicos, esportivos e demais. Este processo de transformações dos fatos sociais em fatos jornalísticos envolve toda uma técnica que, como tudo, não é neutra, ou seja, envolve seleções, cortes, descartes, inversões, relações e desconexões, dentre outras medidas. Isto é realizado em nome da adequação aos ditames jornalísticos, um conjunto de regras de edificação da notícia e da edição, formulado em nome de uma pseudo forma isenta de captação do real, coadunada com os anseios do consumidor. Tal ordenamento, com efeito, foi projetado na vigência da imprensa estabelecida como empresa jornalística, de forma que está entrelaçada com o capitalismo, enquanto modo de produção e, mais do que isto, processo civilizatório, para o que o jornalismo e a comunicação em seu conjunto desempenham um papel essencial. Portanto, evocar as normas do fazer jornalismo como justificativa para todo tipo de ação, no interior de

organizações repletas de interesses diretos e indiretos, serve para confirmar as sinuosidades econômico-culturais da profissão, do produto cultural resultante e da empresa sob a qual o material foi criado.

Percebe-se que os autores referidos discutem sobre a produção de sentido-significado que é também produção de cultura, vez que esta permeia todas as instâncias de produção, consumo e controle social em qualquer sociedade na medida em que atribuir significados implica em “definir a realidade”. Para fundamentar sua fala os autores recorrem a Bourdieu ao referir-se a “competência da lingüística” como uma instância de poder, afirmando que a língua não é somente um instrumento de comunicação ou mesmo de conhecimento, mas um instrumento de poder. A competência da linguagem seria o poder de impor a recepção de forma a ser aceita, sem questionamentos por parte de quem lê.

Chartier (1991, p. 181) analisa as múltiplas representações presentes nos discursos (textos) que circulam socialmente. Para ele, “O essencial é, portanto, compreender como os mesmos textos sob formas impressas possivelmente diferentes podem ser diversamente aprendidos, manipulados, compreendidos”. Nesse contexto percebemos como as mesmas informações podem assumir múltiplas interpretações e, como o texto jornalístico induz o leitor apenas à versão que sua linha editorial/política prioriza.

Para Foucault (2005) as análises discursivas provêm de determinadas condições de produção, estando sempre situadas no interior das relações de força existente em um dado campo político. A noção de formação discursiva se dar quando há em certo número de enunciados uma regularidade. Através da formação discursiva é possível atingir a formação ideológica implícita nos discursos que por sua vez são repletos de contradições, onde a contradição é vista um princípio constituído de toda formação discursiva. Assim,

(...) não se pode reconstituir um sistema de pensamento a partir de um conjunto definido de discursos. Mas esse conjunto é tratado de tal maneira que se tenta encontrar, além dos próprios enunciados, a intenção do sujeito falante, sua atividade consciente, o que ele quis dizer, ou ainda o jogo inconsciente que emergiu involuntariamente do que disse ou da quase imperceptível fratura de suas palavras manifestas; de qualquer forma, trata-se de reconstituir um outro discurso, descobrir a palavra muda, murmurante, inesgotável, que anima do interior a voz que escutamos, de restabelecer o texto miúdo e invisível que percorre o interstício das linhas escritas e, às vezes as desarruma. (FOUCAULT, 2005, p. 30-31).

Nesse sentido, os discursos são práticas sociais, práticas discursivas entendidas como regras anônimas, constituídas no processo histórico, determinadas no tempo e no espaço. A constituição dos discursos é a história, entendida não numa perspectiva linear ou evolutiva, mas a partir de acontecimentos marcados por rupturas e descontinuidades, referem-se à descrição das coisas ditas a partir de como foram ditas. A análise discursiva é

mais uma pergunta, uma investigação acerca dos modos como algo é dito por quem e com que interesses; nesse sentido busca compreender as marcas deixadas pelo que foi dito, bem como tenta identificar os percursos segundo os quais determinados enunciados aparecem ao invés de outros. É por esse caminho que refletimos através dos jornais os discursos utilizados ao longo das narrativas.

## **2.1 Localização Geográfica da Cidade Olímpica**

A Cidade Olímpica, parte integrante do município de São Luís está localizada a leste da Ilha do Maranhão. Limita-se ao norte com o Conjunto Habitacional Geniparana, ao Sul com o Sítio Rihod, a leste limita-se com o Santana e a Oeste com o a Vila Janaina.

O aumento considerável da população em São Luís produz como consequência a enorme procura por moradia. Essa busca por um espaço residencial provoca o surgimento de ocupações irregulares, que se tornam, mesmo apresentando precárias condições estruturais, a única opção de várias pessoas, no que diz respeito à satisfação de sua necessidade de habitação. A ocupação Cidade Olímpica, assim como tantas outras ocupações, surgiu devido à existência de um drama vivido e compartilhado por diversas pessoas: a falta de moradia.

## **2.2 Histórico da Ocupação Segundo os Jornais: O Estado do Maranhão e O Imparcial**

A Cidade Olímpica começou a ser ocupada em 23 de julho de 1996, época das Olimpíadas de Atlanta daí o nome do bairro, não se sabe de fato quem colocou o nome, sabe-se que é fruto da primeira ocupação e, também porque os ocupantes, segundo relatos, preferiram colocar nomes de fatos que aconteceram na época e não como tradicionalmente é visto em outras ocupações em que homenageiam políticos com seus nomes nas ocupações. O Jornal O IMPARCIAL (06/01/1997, p. 9) denomina a área de Vila Olímpica por considerar que toda ocupação tem o caráter de ser uma vila, característica de modo de vida simples e também por ser denominadas de vilas a maioria das ocupações ocorridas em São Luís. “A área denominada Vila Olímpica, na Cidade Operária foi ocupada no mês de julho, durante a realização das Olimpíadas, razão pela qual recebeu esse nome.”

Essa primeira ocupação foi organizada e liderada pelo então candidato a vereador pelo PFL José Cândido da Silva conhecido na área como Gordo. Na época foi



cobrada uma taxa de 2,00 (dois reais) por cada lote num total de vinte cinco mil lotes, esse dinheiro seria para cadastrar os lotes de terras para o assentamento das famílias. Segundo os jornais a área era de propriedade da empresa Gás Butano da família Queiroz, procedente do Ceará.



Figura 01: Terreno que deu origem a Cidade Olímpica antes da ocupação.

Fonte: PEREIRA, 2004 A, p. 19.

Para fazer esse cadastramento o Sr. José Cândido da Silva requeria dos ocupantes o número dos títulos eleitorais, fato que deu margem a especulações a respeito de práticas de ações eleitoreiras em causa própria. No início de setembro do mesmo ano, a polícia retirou os ocupantes da área uma vez que foi expedida uma ação de reintegração de posse pelo juiz José Wilson Araújo, da comarca de São José de Ribamar, a favor dos proprietários da empresa.

Em setembro, os ocupantes foram retirados do terreno através de uma liminar de reintegração de posse dada pela comarca de São José de Ribamar à Gás Butano. João Batista Lira disse que a comissão enviou ao Incra um projeto para desapropriação do terreno. Os ocupantes querem ser beneficiados com o programa Habitar Brasil, financiando com os recursos da Caixa Econômica Federal, para a construção das casas em regime de mutirão. (O ESTADO DO MARANHÃO, 01/01/1997, p.2).

O jornal O Estado do Maranhão deu ênfase as possíveis soluções para resolver o impasse e não ação de retirada das pessoas do local pela Polícia Militar e de que forma teria sido a retirada dessas pessoas. Já o jornal, O Imparcial (O IMPARCIAL, 06/01/1997, p. 9), menciona a reintegração de posse, mas, enfatiza ação policial, mencionando, inclusive troca de tiros.

Por causa de uma liminar de reintegração de posse, dada pelo juiz de comarca de São José de Ribamar, as famílias tiveram que sair do terreno. Todos os barracos de madeira existentes no local foram derrubados em poucas horas. Depois da

derrubadas de casas, a Gás Butano cercou toda a área com arame farpado e construiu uma guarita que serve como depósito e um galpão para acolher cerca de 60 homens contratados para roçar a área. Há uma semana, as famílias voltaram a ocupar a Vila Olímpica diante de muita confusão e troca de tiros. A polícia Militar ainda tentou evitar a ocupação. Foi um reveillon violento e tenso para os moradores da área, que, depois de peregrinarem por vários órgãos tentando resolver o problema, ainda estão morando nas mesmas condições.

O que podemos apreender desses discursos é a intenção dos jornais de acordo com a linha política adotada. O jornal O Estado do Maranhão ameniza a situação por ser um jornal atrelado a política então vigente no Estado, na pessoa da própria governadora Roseana Sarney, por isso, não é estranho a postura adotada pelo jornal como afirma, Barichello (2003, p. 11-12) quando analisa a construção da imagem feita pelos meios de comunicação que busca a constante legitimação de suas questões junto ao público, segundo o autor,

(...) mais que uma imagem favorável, as instituições buscam a legitimação de suas questões, o que só se torna possível, na atualidade, com passagem pelos méis de comunicação. A formação da imagem de um ator social, individual ou coletivo, tem início a partir do momento da emissão da mensagem, mas só se concretiza quando ela é recebida pelo público. Nesse processo, a evolução tecnológica dos meios de comunicação permite a comunicação entre indivíduos sem a necessidade de presença física e possibilita a construção de imagens através de sua mediação. (...) Contudo, a imagem não é apenas a cópia da coisa real, ela é uma representação do real que pode ser modificada, isto é, pode também se situar no plano do irreal ou ainda do ideal.

Tomando como base as colocações é preciso reconhecer as diferenças entre os atores e espectadores existentes no espaço público. Para Barichello (2003, p. 6), os atores são aqueles que pretendem influenciar a conduta do coletivo, ou seja, os espectadores. Assim, entender o papel da imprensa é fundamental para assimilar como se dá este processo. Nesse contexto a imprensa desempenha duas funções importantes para a sociedade.

A primeira seria cobrir os fatos e as atividades dos atores políticos, permitindo ao público, o espectador tomar conhecimento de tais acontecimentos, desempenha assim a função de vigilância para sua audiência. Nesse sentido, informa como o espectador pode organizar-se e mobilizar-se para lutar pelas causas de seu interesse.

A segunda função é de fazer correlação, que acontece quando os meios de comunicação influenciam os espectadores a coordenar suas próprias respostas e ações coletivas. Assim,

As elites políticas não utilizam a mídia somente para comunicar-se com seus espectadores, mas, também, para disputarem sentidos e legitimação entre elas próprias. Os postulados que relacionam a imbricação entre o funcionamento da mídia e a formação da opinião pública ou, grosso modo, os efeitos dos meios de comunicação junto à sociedade, estão presentes desde os primórdios da ciência da

comunicação. Para as primeiras teorias de comunicação a mídia é onipotente, pois pode influir nas atitudes e opiniões e, aqueles que a controlam, podem manipular os indivíduos.

Como foi dada a reintegração de posse aos donos da área, oficiais de justiça juntamente com polícias militares entraram na área com o objetivo de garantir a retirada dos sem-teto. Cerca de quinze mil casas de taipas foram derrubadas. A polícia retirou os ocupantes onde a violência foi utilizada como forma de repressão aos que insistiam em ficar, muitos já tinham investido na construção de casas e não tinham onde morar. A área foi cercada impedindo o retorno dos ocupantes.

A partir daí, os sem-teto se organizaram formando a *Comissão dos Sem-Teto*, dando início ao cadastramento dos que não tinham moradia. Foram cadastradas cerca de dez mil famílias. Começou-se a organização de Assembléias Gerais para dar início ao segundo movimento de ocupação, onde as decisões eram tomadas de forma coletiva. Por estarem mais organizados, no dia 29 de dezembro de 1996 a Comissão realizou uma Assembléia Geral, onde decidiram ocupar novamente a área já protegida pelos proprietários que contrataram vigilantes. Segundo o jornal *O Imparcial*:

Os sem-tetos voltaram a ocupar novamente a Vila Olímpica no final da tarde de ontem, entrando em confronto com jagunços que estavam no local para protegê-lo da invasão. A polícia também foi chamada para acalmar o clima que estava bastante tenso (...). Houve troca de tiros, mas ninguém saiu ferido. (O IMPARCIAL, 30/12/1996, p. 9)



Figura 02: Assembléia na comunidade com a presença de autoridades políticas e da Comissão dos Sem-Teto.

Fonte: PEREIRA, 2004 A, p. 25.

Nesse contexto de organização, o Fórum Maranhense de luta pela Moradia foi contatado através da Associação de Moradores da Vila Zeni, pelos sem-teto em setembro de 1996, juntamente com as lideranças locais e representantes dos movimentos sociais, partidos políticos de São Luís, o que ajudou ainda mais a retomada da localidade. O Fórum da Moradia foi uma das grandes parcerias do movimento dos sem-teto na Cidade Olímpica. Em nota ao poder público assinada por várias entidades de apoio (material anexo) o Fórum Maranhense de Luta pela Moradia declara seu total apoio ao movimento em defesa da ocupação. Segundo o Fórum:

Desde de início de outubro/96 o Fórum da Moradia no Maranhão tem lutado para encontrar uma solução pacífica para os sem teto em audiências com órgãos governamentais e, passado dois meses, nenhum avanço, nenhuma promessa concreta. Após o despejo, a área passou a ser vigiada pela Polícia Militar e por jagunços fortemente armados, causando pânico na comunidade pelo despreparo dos jagunços no trato com as armas, onde disparavam contra crianças que tentavam voltar a área para jogar futebol como era de costume antes da área ser cercada. (...) No último dia 20.12.96 o movimento dos sem teto da Cidade Olímpica e o fórum da Moradia depositou no INCRA-MA a confiança de uma solução para o caso, solicitando vistoria para a área e a desapropriação, por se tratar de 1400 hectares de terras improdutivas na área rural, com aptidão agrícola, que poderia resolver o problema de moradia e de emprego e renda para os sem teto, com lotes comunitários para a produção de hortaliças. Cansados de tanto esperar pela vontade política dos órgãos do governo de encontrar solução desejada pelos sem teto, que é o acesso à moradia, o movimento sem teto da Cidade Olímpica, em assembléia geral no dia 29.12.96 às 17:00h, decidiram pela reocupação da área como único meio viável de conquistar a justiça para os mesmos e o direito à moradia digna.( FÓRUM DA MORADIA, 1996, p. 1-2)

No dia 4 de novembro de 1996 foi realizado no centro de São Luís a *Marcha pela Reforma Urbana e Moradia*, e no dia 25 de fevereiro de 1997 foi declarado o *Dia nacional de Luta pela Moradia*, ato público realizado na Praça Deodoro seguindo de passeata até a Solecit (Secretaria de Solidariedade, Trabalho e Cidadania). Outras manifestações e atos públicos foram realizados durante todo o processo de negociação meados do ano de 1996 e início de 1997. Nesse contexto não era mais possível que as autoridades ficassem alheias.

O desaparecimento de um garoto de 14 anos em dezembro de 1996 agravou ainda mais a situação, havia fortes desconfianças dos vigilantes (jagunços) dos proprietários da empresa já que o corpo foi encontrado pela polícia na propriedade em conflito. No dia 29 de dezembro de 1996, a área foi novamente ocupada, com 2.5000 pessoas e houve a expulsão dos jagunços.

Quando já havia 10 mil lotes de 10x20m entregue aos sem teto, a Comarca de Ribamar concede outra liminar de reintegração de posse em favor da Gás Butano. Novos atos de violência e prisões foram registrados como forma de desapropriação da área. No entanto, houve resistência e, dessa vez os sem tetos não se retiraram da área. Segundo o jornal O Imparcial (23/01/1997) houve resistência dos ocupantes que entraram em conflito com os policias.

Mais de seis mil pessoas, já cadastradas e com lotes no local, continuavam a resistir à expulsão. O momento de grande revolta foi quando um helicóptero da Polícia sobrevoou a menos de três metros das cabeças dos ocupantes, soltando bomba de gás lacrimogêneo e levantando poeira para dispersar a multidão, que separava duas partes do terreno, tentavam impedir o tráfego das caçambas. (O IMPARCIAL, 23/01/1997, p.10).



Figura 03: Tentativa de desocupação da área realizada pela Polícia Militar do Estado.

Fonte: PEREIRA, 2004 A, p. 31.

Ainda segundo o jornal a ação foi autorizada pelo tenente-coronel Sousa, comandante da operação que teria deixado indignado o vice-prefeito de São Luís, Domingos Dutra que resolveu entrar em defesa dos ocupantes juntamente com o secretário Raimundo Moacir Mendes Feitosa, e os parlamentares Luís Vila Nova e Joan Carvalho Botelho que se encontraram no local na tentativa de encontrar uma solução para o conflito. Segundo Dutra (in O IMPARCIAL, 23/01/1997, p. 10). “Isso é uma falta de respeito com essas pessoas. Elas estão sendo tratadas pior do que cachorro”.



Figura 04: Ocupante João Santos foi detido pelos policiais ao tentar impedir que caçambas com palhas saíssem do local.

Fonte: O IMPARCIAL, 23/01/1997, p.10.



Figura 05: Debatendo-se com os policiais, João Santos foi levado à delegacia da Cidade Operária.

Fonte: O IMPARCIAL, 23/01/1997, p.10.

O advogado dos sem-tetos, João Maciel Júnior, acusou a Polícia Militar de agir com violência, inclusive de tê-lo ameaçado. Toda a ação da polícia foi feita de surpresa já que havia um acordo uma vez que a área estava em processo de negociação com o governo do Estado desde que fora reocupada. Antes do conflito representantes da secretaria de Solidariedade e Cidadania, estiveram no local prometendo fazer o cadastramento das pessoas, antes, porém, a ação da polícia já estava acontecendo. Muitos sem tetos foram presos e levados à delegacia da Cidade Operária. Sobre a violência na retirada dos ocupantes, o jornal

*O Estado do Maranhão* (23/01/1997, p.3) enfatiza que os policiais utilizaram a força por que foram agredidos pelos ocupantes:

Houve agressão de parte a parte. O advogado do movimento dos sem teto, João Maciel Júnior, acusou a polícia de agredir invasores, enquanto que o comandante da PM, coronel Emanuel Bastos, reagiu afirmando que os policiais usaram a força porque foram agredidos. Para conter os ocupantes que tentavam impedir a passagem dos carros da polícia e das caçambas que transportavam madeira e palhas dos barracos derrubados, os policiais usaram bombas de efeito moral. Um helicóptero da PM sobrevoou a área para afastar os manifestantes.

Na primeira frase da citação já está concluído a questão da violência tanto os sem tetos como os policiais agiram arbitrariamente. No entanto é importante frisar que esse fato suscitou críticas à ação do governo que demorava em tomar posicionamento a favor dos ocupantes ou mesmo na tentativa de resolver o conflito. Quando já estava insustentável a questão da moradia, uma vez que os sem tetos estavam decididos a permanecer no local, foi que houve mobilização do governo para resolver o impasse.

O Fórum Maranhense de Defesa da Moradia denuncia a ação violenta da polícia através de sua representante Juliana Pinheiro em forma de esclarecimento à sociedade e autoridades por meio do jornal *O Imparcial* (24/01/1997, p.10):

Segundo Juliana Pinheiro, integrante do Fórum Maranhense de Defesa da Moradia, a ação policial foi extremamente truculenta evidenciando um grande despreparo dos policiais para o contato com qualquer tipo de pessoa. Ela garantiu que mais de 30 moradores foram feridos na operação e que todos estão fazendo exame de corpo delito para serem anexados ao documento que o Fórum vai dar entrada na justiça contra a Polícia Militar. Juliana disse que o clima é de muita revolta e que as pessoas estão dispostas a continuar na área. “A prova é que mais de cinco mil pessoas ainda permanecem na Vila Olímpica a espera de uma solução definitiva, no caso a desapropriação ou a compra do local”, afirmou.

Nesse contexto de conflito, foi estabelecido um acordo entre os advogados da empresa Gás Butano, representantes do governo estadual, municipal, entidades não governamentais que apoiavam os ocupantes e a Comissão dos Sem Teto.





Figura 06: Barracão improvisado na época das negociações.

Fonte: PEREIRA, 2004 A, p. 28.



Figura 07: Famílias organizadas em um único barracão aguardando o fim das negociações.

Fonte: PEREIRA, 2004 A, p. 30.

Pelo acordo os ocupantes se limitariam a permanecer somente em um hectare enquanto aguardavam em um prazo de vinte dias prorrogáveis por mais dez, que o governo estadual adquirisse definitivamente, através da compra uma parte da área, ocasião que seria efetivado o assentamento das famílias.

O secretário de Agricultura, Coelho, que coordenou as negociações sob a orientação da governadora Roseana Sarney, disse que acordo permite ao Governo do Estado um prazo de 20 dias, prorrogável por mais dez, se for necessário, para regularizar a área, efetuar um grande cadastramento geral, com vistas ao assentamento das famílias. O governo se comprometeu em desapropriar ou adquirir a área para conduzir o assentamento. Da sua parte os invasores vão ficar acampados num barracão, que está situado numa área de um hectare, com compromisso de não



avançarem um metro sequer a mais. O vice-prefeito de São Luís, Domingos Dutra, que está defendendo os interesses dos invasores, garantiu que o acordo será cumprido e que não haverá mais invasões. (O IMPARCIAL, 26/01/1997, p. 9).

A solução encontrada já que os sem tetos estavam organizados e decididos a lutar pela moradia foi à compra de parte da propriedade da família Queiroz pelo governo do Estado, este repassaria as terras aos ocupantes que haviam se estabelecido na localidade. A área da empresa possuía 1437 ha. de terras, destes foi negociado pelo Estado 270 ha. para assentamento das famílias.

A Comissão dos Sem teto se organizou juntamente com as famílias que estavam morando no barracão improvisado e reocuparam a área. Foi feito um projeto de ocupação, loteando a área em 15 mil lotes de 10x20m.

O cadastramento foi no Centro Comunitário Léo Franklin, na Cidade Operária. A responsabilidade do cadastramento ficou a cargo da Solicit e Cohab. O principal critério adotado pela comissão de cadastro e pela, já fundada Associação dos Moradores da Cidade Olímpica era que o ocupante não possuísse residência própria, ser maior de 21 anos ou emancipado e um último critério, que a renda não ultrapassasse três salários mínimos.

No dia 24 de janeiro de 1997 o Jornal *O Estado do Maranhão* escreve em forma de manchete de primeira página do caderno Cidade e Esporte o título: “Governo amplia programa habitacional – os sem tetos da Vila Olímpica e de outras invasões de São Luís serão contemplados com lotes urbanizados”. No decorrer da notícia há uma clara intenção em eximir qualquer culpa do governo durante todo o processo de luta pela moradia travada pelos sem teto e, a idéia de que o problema habitacional estava sendo resolvido por iniciativa do governo, como também a promessa de contemplar com lotes urbanizados outras “invasões” ocorridas durante o governo.

Nesse contexto percebemos que o jornal ignora a luta dos ocupantes durante o tempo em que a questão estaria sendo resolvida e, se não fosse esse contexto, segundo os moradores o resultado não seria a favor dos mesmos. Apesar dos apoios recebidos a favor dos ocupantes pelo Fórum da Moradia e por outras entidades, das passeatas e atos públicos ocorridos em São Luís nesse período, o governo não se manifestou pela causa. Essa idéia fica bem presente nesses trechos do dia 24 de janeiro quando já estava resolvido o problema nas colocações do jornal:

Roseana Sarney preocupada com o problema de moradia e a incidência de invasões mandou fazer um levantamento preliminar na Solecit em São Luís, constatou-se que há cerca de 90 mil famílias sem casa para morar. Sobre a ação da polícia durante a retirada dos ocupantes da Vila Olímpica, César Viana explicou que os policiais

apenas cumpriram a ordem do juiz que determinou a reintegração de posse. (O ESTADO DO MARANHÃO, 24/01/1997, p. 1).

Percebe-se a tentativa do governo, através de seus assessores, em amenizar a questão social da moradia, latente durante toda a administração da governadora Roseana Sarney. Outra questão que fica para análise é sobre o papel da polícia enquanto instituição do Estado, a tentativa de minimizar a ação violenta praticada pelos policiais com uma justificativa determinista como se, somente da maneira como foi praticada estaria sendo resolvido um problema agrário que o Maranhão sofre até hoje devido à falta de responsabilidade política da elite que sempre esteve à frente do governo do Estado.

A ocupação da Cidade Olímpica por obedecer a um planejamento, elaborado por uma equipe de pessoas que faziam parte do movimento desde o início pode-se afirmar que ela se deu de forma planejada e organizada. Segundo Ribeiro (2003) a Cidade Olímpica apresenta-se como uma organização semelhante a um conjunto habitacional. Apresenta-se sistematizada da seguinte forma: A área total é repartida em três blocos (A, B, C); cada bloco é dividido em quadras (412 quadras no total); cada quadra é dividida em 22 lotes com medidas de 10x20m. No planejamento elaborado na época constava também à presença de espaços reservados para a construção de cemitérios, praças, áreas verdes, mas que foram ocupadas no decorrer dos anos.



Figura 08: Avenida Jailson Viana na Cidade Olímpica (nome dado em homenagem póstuma ao adolescente morto durante o processo de ocupação).

Fonte: PEREIRA, 2004 A, p. 32.

Continuando sua “função” de mobilizar a opinião pública sobre o problema da moradia o jornal O Estado do Maranhão faz uma reportagem em forma de denúncia de que

alguns terrenos das principais avenidas estavam sendo alvos de especuladores, tais denúncias teriam sido fornecidas pelos próprios sem-teto:

Especuladores estão vendendo e comprando lotes na Cidade Olímpica por até R\$ 1 mil, avenida principal da invasão. A denúncia é da comissão dos sem-teto que afirma também que pelo menos quatro pessoas estão sendo ameaçadas de morte por supostos especuladores (O ESTADO DO MARANHÃO, 09/04/1997, p. 3).

Segundo Freitas (1999), através do que foi dito é sempre possível se chegar ao não dito, cujas preposições e implicações estão contidas de forma velada ou camuflada em qualquer discurso. Por exemplo, na citação, o dito é que especuladores estão sendo beneficiados e que a denuncia partiu de dentro do movimento. O não dito é que a ocupação serviu não somente para moradia dos que precisavam, mas que algumas pessoas estavam sendo beneficiadas o que põe em dúvida a organização do movimento dos sem teto pela moradia.

Especuladores e pessoas que se aproveitam desses movimentos sociais sempre vão existir, mas a ênfase dada pelo jornal é que, talvez não tivesse sido válido a luta pela moradia como foi o caso da ocupação. Ainda segundo Freitas (1999, p. 8):

O ato de falar não é gratuito, esclarece, toda fala apresenta-se como motivada, como respondendo a certas necessidades ou visando a certos fins. Por que o sujeito falou, como falou, quais as suas intenções, quais os pontos objetivos, os subjetivos e intersubjetivos contidos em seu discurso? São indagações que vêm à mente para se compreender a enunciação do sujeito. Quem disse o quê? Com que intenções? Por que disse de tal maneira tal coisa? O que não disse? São perguntas básicas que necessitam de respostas para quem se dispõe a analisar um discurso. Todo ato de fala é motivado e que não se fala simplesmente por falar; sempre existe um interesse em jogo, interesse esse que pode ser do locutor, do destinatário ou de um terceiro qualquer; razão pela qual deve-se indagar sempre quais os motivos que levaram o locutor a falar.

Em relação ao dito e ao não dito presente em fontes jornalísticas é importante sempre fazer questionamentos procurando entender as entrelinhas das falas, ou seja, o não dito, que no caso do jornal O Estado do Estado do Maranhão é pertinente, principalmente quando há questionamentos sobre a ineficácia política agrária no Estado iniciada em 1969 com a Lei de Terras aprovada no governo de José Sarney.

Segundo Lirio (2005; p.34-35), a Lei de Terras foi uma maneira de burlar a limitação proposta pela Constituição Federal à doação de grandes áreas. Ela permitia a formação sociedades anônimas para explorar o agro-negócio.

Até hoje, a cessão de terras é limitada a três mil hectares. Acima disso, os governos estaduais são obrigados a pedir autorização ao Senado. A Lei de Terras abriu uma brecha ao permitir que cada acionista de uma sociedade anônima recebesse em seu nome até o limite de 3 mil hectares. Grandes conglomerados econômicos como a Mesbla e o Grupo Leão, do Paraná, conseguiram se apossar, por esse esquema, de

mais de 100 mil hectares. A defesa do projeto baseou-se no discurso da modernização. Essas grandes empresas, diziam os defensores da lei, tornariam a agricultura maranhense eficiente e multiplicariam o emprego no campo. O efeito foi oposto. Nenhum agro-negócio se estabeleceu.

A Lei de Terras teve também um efeito sobre o fluxo migratório. Por não ser atingido pela seca, o Estado recebeu grande leva de imigrantes no início do século. Ainda segundo Lirio (2005; p.35), A redistribuição inverteu a situação e aumentou a violência no campo. “Estima-se que 30% da população do Amapá e 70% de Roraima são formadas de descendentes maranhenses. Dos 19 colonos mortos no massacre de Eldorado dos Carajás (PA), em 1996, 11 haviam nascido no Maranhão”.

Por esse contexto é possível entender como a questão da moradia é posta de lado pelo poder público em prol de interesses políticos, principalmente em relação à perpetuação do poder pela minoria detentora dos meios de controle social.

### 3. A HISTÓRIA DA CIDADE OLÍMPICA NOS RELATOS DE SEUS MORADORES

A luta pela posse da terra urbana configurada pela ocupação da área batizada de Cidade Olímpica, é rica na memória de vários de seus protagonistas. Homens e mulheres que, com destemor e muita coragem, enfrentaram a lógica do latifúndio e do direito de propriedade numa sociedade capitalista periférica como é a capital ludovicense para garantirem os seus direitos à moradia e a uma vida digna.

Nesse sentido, deve ser ressaltado que a escolha das pessoas a serem entrevistadas ocorreu a partir da leitura de alguns jornais que citavam os referidos moradores como integrantes da *Comissão dos Sem Teto*. Lideranças que foram forjadas no processo de luta e que articularam a ocupação juntamente com o Fórum em Defesa da Moradia para obtenção da área.

No entanto, ressalta-se ainda que isso não signifique que os outros moradores não tinham papel importante, pelo contrário, todos os que participaram da luta têm um sentimento de que seus esforços foram à única possibilidade de inclusão social. Não seria possível neste trabalho citar todas as pessoas que conversamos, mas todas sabem da importância dessa luta e de como seus relatos abrem grandes possibilidades para novas pesquisas acadêmicas.

#### 3.1 A Ocupação

O nome do bairro surgiu na época das Olimpíadas de Atlanta, no ano de 1996 ainda na primeira ocupação. O que ficou dessa ocupação foi somente o nome. Os ocupantes não colocaram nome de político, tradicionalmente visto em outras ocupações ocorridas em São Luís. Os nomes das principais avenidas referem-se a acontecimentos ocorridos na época da luta pela moradia, o que a diferencia de outras ocupações. Sobre o nome do bairro Ananias afirma:

É...veja bem, o nome Cidade Olímpica porque nós não teve uma olimpíada chamada Olímpica, então nós pusemos esse nome, é...que a cidade tinha que ter esse nome, nome de Cidade Olímpica. Não é vila, eles bota errado.

Raimunda Nonata Gaspar, uma das líderes do movimento de ocupação fez parte da *Comissão dos Sem Teto*, e apresenta uma significativa compreensão da importância que a história da luta pela terra tem para os moradores. A forma como ela argumenta é de uma dramaticidade própria de quem viveu o risco de não conseguir os objetivos pelos quais estava

lutando. Segundo ela, a obtenção dessa área foi fruto de muita luta e persistência, considera esses fatores os mais importantes na conquista desde o início quando organizaram o movimento em torno de um candidato a vereador na época pelo PFL José Cândido da Silva, conhecido na área como Gordo e que cobrava uma taxa de dois reais para cadastro de lotes de terra dos assentados. Segundo os relatos dos moradores o Sr. José Cândido da Silva requeria dos ocupantes o número dos seus títulos eleitorais, fato que deu margem a especulações a respeito de práticas de ações eleitoreiras em causa própria. No entanto, o movimento não resistiu à desocupação feita pela polícia Militar do Estado. Os ocupantes entrevistados não sabem dizer muito sobre a posição/situação do vereador, sabe-se que ele desistiu tão logo uma liminar de reintegração de posse deu causa ganha aos proprietários da área. Depois dessa primeira tentativa foi reorganizada uma segunda ocupação sem a presença do candidato a vereador e apoiado pelo Fórum da Moradia e, com os sem-tetos já organizados em torno de uma Comissão de representantes que iriam lutar pela posse da área.

A idéia de ocupar essa área, partiu, primeiramente nós ocupamos com o Gordo né...que é o Luís Inácio Cândido da Silva que foi o que ocupou e quando a polícia chegou pra retirar, ele simplesmente saiu e a área foi cercada pela polícia militar juntamente com os seguranças da Gás Butano e nós ficamos impedidos de entrar. Passou-se o tempo o Fórum da Moradia juntamente comigo, Carina, Kênia, João Batista, Silvio e os demais companheiros decidimos a ocupar a Cidade Olímpica e...isto é ...incluindo ela foi ocupada no dia 29 de dezembro de 1996 e...nós chegamos a ocupar também pelo caso que aconteceu com o jovem chamado Jailson que foi assassinado aqui na área, na época,...ele foi assassinado pelos jagunços dos donos da área, isso nos deu também muita força pra ocupar a área foi o assassinato do Jailson que, incluindo nós temos essa avenida que trás por nome Avenida Jailson Viana e...daí nós criamos a força e a coragem e ocupamos a Cidade Olímpica com três mil e quinhentas pessoas no dia 29 de dezembro de 96 como havia falado.

Para Renata, uma das líderes femininas do movimento de ocupação, um dos motivos que deu força para reocupar a área foi o assassinato de um garoto na área. Esse crime ocorreu após a primeira ocupação ter sido desarticulada e os ocupantes expulsos e a área ter sido cercada. Sobre a morte de Jailson, Renata afirma:

Esse menino gostava de tomar banho num rio pra cá, no Santana e ele passava por dentro da área cercada, ele passava por debaixo do arame e ia tomar banho. Um certo dia ele falou pra mãe dele que ele tinha sido ameaçado por um dos vigilantes, que se ele retornasse por dentro da área ele morreria, tão tanto que uma pessoa viu dia 25 de dezembro quando ele saiu, viu ele entrando por aqui por dentro, mais não retornou, então isso causou a grande vontade na gente, da gente ocupar área e também a cisma de que havia sido eles né..., os causadores. Quando nós encontramos a ossada nós desfilamos com essa ossada dentro de São Luís, claro que com apoio da mãe dele, com o consentimento da mãe dele, nós fomos a porta da Roseana Sarney, colocamos lá o caixão na frente do Palácio dos Leões e lá ficamos e de lá saímos em passeata pelas praças, colocamos, publicamos a história do Jailson e, não desistimos da área.

Nesses trechos observamos como a morte do garoto abriu grandes possibilidades de retomar a área já que a luta por essas terras seria a causa da morte do garoto e a “cisma”, como afirma Renata, de que seriam os empregados dos proprietários que haviam cometido o crime. No entanto, não há certeza da autoria do crime, pois, segundo os entrevistados, a necessária investigação não foi levada adiante pelas autoridades para saber quem o teria matado.

Os protestos com os restos mortais autorizado pela mãe do garoto foram utilizados com o objetivo de chamar atenção para problema da falta de moradia e, para sensibilizar a opinião pública da importância da causa dos sem-tetos que há meses estavam reivindicando solução por parte do governo do Estado. Sobre o contexto histórico da época Renata afirma:

Na época quem era governadora era Roseana Sarney, prefeito Jackson Lago, vice-prefeito era o Dutra, vereador Joan Botelho e nós tivemos muito apoio do Drº Jackson né, como prefeito, do Dutra com vice e do Joan Botelho que além de vereador era advogado, (...) também a Helena Helly que era do PT, o Fórum da Moradia foi nota dez com a gente, somou do começo até o fim, a coordenadora lá do Fórum era Juliana, também o Marcos Silva, o Josinaldo, tem mais é porque eu não consigo lembrar agora, Roberval foram tantos que nos ajudaram que hoje a Cidade Olímpica existe graças a Deus e a ajuda dessas pessoas que nós tivemos, o Fórum da Moradia, da prefeitura, o governo ele somou conosco só na compra da área, mas antes nós fomos espancados por eles, dia 22 de janeiro que nós temos uma travessa que se chama aqui 22 de janeiro pois foi o dia que eles vieram tirar a agente de dentro da área, espancar a gente, a avenida 29 de dezembro foi o dia que nós ocupamos e a Jailson em homenagem ao Jailson que foi assassinado aqui dentro da área.

Um outro morador da Cidade Olímpica que também fez parte da *Comissão dos Sem-Teto* fala do início da luta pela terra, João Batista Lira Neto que aparece em várias reportagens dos jornais, é militante ainda hoje da questão agrária principalmente no interior do Estado. Apresenta conhecimentos relevantes em termos de ocupações ocorridas nesse período como também faz críticas a atuação do Estado em favor de uma democratização da terra. Sobre o início da ocupação relata:

A primeira ocupação eu não participei ativamente é...no processo é... das lideranças administrativo né..do administrativo eu não participei eu não participei eu vim aqui depois de dois dias da ocupação porque na verdade eu estava morando de aluguel há mais de dez anos e...o dinheiro que eu tinha não dava pra comprar uma casa, eu estava morando no São Cristóvão é...lá na rua Flávio Bezerra a casa era de aluguel e...eu vim pra cá, eu vim pra Cidade Olímpica exatamente eu queria um lote e..., paguei por esse lote dois reais e dei o número do meu título né, que eu votava aqui em São Luís e adquirindo esse lote né...a segunda ocupação ela foi é...iniciada no... dia 29 de setembro de 96, no dia 23 sai todo mundo, dia 29 iniciamos com é...com a reunião de várias pessoas lá na Associação de Moradores da Vila Zenir e a partir disso tomamos a decisão de fazer um novo cadastramento né..., novo cadastramento com o objetivo de..., né..., de saber quem era sem teto(...) o cadastramento foi organizado por uma boa parte que estavam aqui dentro e saíram e por algumas

entidades como o Fórum da Moradia na época né...o Fórum Maranhense em Defesa da Moradia, o Movimento Nacional de Luta pela Moradia, a CUT, é..., Movimento dos Favelados, O sindicato dos professores...também a FETAEMA que nos deu o apoio, a Comissão Pastoral da Terra, era todo um movimento assim engajado né, um movimento de luta popular e...criou-se também essa comissão, que foi a Comissão dos Sem Teto, que representava a Cidade Olímpica.

Para Rosa Carina dos Anjos Fontinele que não participou da primeira ocupação foi uma oportunidade de ter um lugar onde morar com sua família. O Fórum da Moradia convidou as pessoas que estavam dispostas a integrar uma Comissão para lutar pela terra, segundo ela:

E não posso falar nada da primeira ocupação porque eu não participei nada da ocupação do Gordo. A segunda começou na Vila Zeni, eles chamando pra uma reunião, por minha mãe não ter um lugarzinho pra morar aí eu fui, chegando lá eles pediram que dez pessoas se apresentassem pra fazer parte da Comissão da ocupação da Cidade Olímpica, aí eu me apresentei, eu e outros companheiros e de lá nós começamos ir em busca de documentação pra requerer a área, mas de nada adiantou, isso foi junho de 96. Quando foi dezembro de 96, nós já estávamos cansados de tanto andar e não resolver nada resolvemos ocupar às seis horas da tarde, cinco e meia pra seis horas.

Como integrante da Comissão, Carina, como é conhecida ficou responsável pelo grupo de arrecadação de alimentos junto aos comerciantes da proximidade, organizava essa parte, mesmo não sendo filiada ao Partido dos Trabalhadores aprendeu a tratar as pessoas da Comissão com a palavra de ordem dos petistas. Isto, porque, a liderança política da Comissão tinha influência petista como João Batista e Juliana, do Fórum da Moradia tentavam articular junto a essas pessoas a consciência política considerada importante para o movimento que estava sendo organizado.

Raimundo Silva Salazar que morava em um quarto cedido pelo cunhado também foi convidado para fazer parte da Comissão que estava sendo formada na Associação da Vila Zeni três meses antes de ser reocupada. Segundo ele:

Então em 29 de dezembro de 96, três meses antes, no caso nós começamos noventa dias na Vila Zeni. Nós começamos em outubro lá na Vila Zeni, outubro de 96, final de dezembro nós entramos na área, cadastramos uma faixa de três mil pessoas lá na Vila Zeni. Nessa luta eu tava tão triste, já tinha até perdido quase as esperanças, a Juliana passou, do Fórum da Moradia convidando as pessoas que quisesse entrar na Comissão que se fizesse presente lá na Vila Zeni a partir das sete horas da noite, em outubro, aí a gente foi pra lá, convidei minha esposa e fizemos o cadastro.

Ananias França das Neves, oriundo de Salvador, morava em uma casa alugada na Janaína. Para ele, a área que estavam lutando era um latifúndio improdutivo e que por isso deveria ser desapropriada para fins de moradia para os sem-teto. No início da segunda ocupação foram procurados os meios legais na Comarca de São José de Ribamar



para saber as possibilidades de negociação dessa área como, por exemplo, quem era o proprietário.

A Cidade Olímpica não existia, existia um latifúndio improdutivo da Gás Butano e da Água Indaiá. Só que essas terras era realmente improdutivo, então na época que nós começamos a entrar no local, essa área denominada Cidade Olímpica não existia moradores, só existia agricultores, agricultores trabalhando é...impostos pra tirar o sustento de sua família. Então dentro da área era só mata virgem, então partimos, daquela época de 29 de dezembro de 96, então nós fizemos uma pesquisa em frente a área, que essa pesquisa, uma quantidade de pessoas ficava em redor da área e outras iam nos órgãos competentes. Primeiro nós fomos a São José de Ribamar, no cartório verificar como tava andando, de quem era realmente a terra. Então nós encontramos no livro de ocorrência é...os proprietário, um desses proprietários era Holanda Vidal Queiroz, Edson Queiroz, Alice Vidal Queiroz. O Edson Queiroz tinha morrido, aí passou pra viúva e depois da viúva ficou os filhos como herdeiros. Então pressionamos o governo do Estado e os órgãos competentes para com que desapropriasse a área ou o próprio governo negociasse com os donos da terra que era Gás Butano. Então o que resultou, demorou muito, foi muita guerra aqui dentro e...houve um acordo, um acordo grande entre o governo do Estado e os advogados da Gás Butano é...que houve uma negociação entre os representantes da Gás Butano que são os advogados e juntamente com os órgãos da terra, então a governadora, a Roseana Sarney tirou da cadeia sucessória de 1436 hectares é...270 hectares de terra para destinar pra moradia, então os lotes foram divididos em 10 x 20. Na época aqui dentro existia jagunços é...e cavalos, entende, jagunços com roupa da polícia militar não do Estado do Maranhão, mas do Estado do Ceará. Então a terra foi negociada e nós se estalamos dentro da área e nunca mais a gente saiu, só saiu quando o governo deu o aval e eu assinei o acordo, eu Ananias França das Neves, Rosa Carina dos Santos Fontinelle, Arlinda e Maria que assinou o acordo dentro dos órgãos competentes e o Ribamar.

Para Ananias, o processo desenvolveu-se naturalmente sem muitos transtornos para o governo do Estado. Em outros depoimentos observamos que toda a conquista da terra foi fruto de muita luta dos sem-tetos, inclusive dele e que, só quando não houve possibilidades de desistência dessa área foi que o governo Roseana Sarney sentou para negociar.

Um outro integrante da *Comissão dos Sem teto*, João Batista discorre sobre sua participação dentro do movimento, o contexto histórico de São Luís e os apoios recebidos.

Eu participei reunindo lá com o pessoal, inclusive levando gente pra tá fazendo o seu cadastro e, no dia 10 de outubro houve a primeira reunião nossa ali na igreja João Calábria com três mil e quinhentas pessoas, nesse dia inclusive é...passando neste local saindo aqui da Santa Clara o hoje então governador Jackson Lago que era candidato a prefeito no segundo turno e ele se comprometeu de fato, ele daria o apoio pra nosso movimento, eleito fosse ele com certeza daria a mão para os sem teto da Cidade Olímpica. O governo do Maranhão, na época, ele era muito conservadora né, o governo Roseana Sarney e...no início nós procuramos não é, entramos em contato com a governadora não foi possível, tivemos no Palácio Henrique de La Roque, na época que ela estava lá, é...fizemos nossa passeata dos sem tetos, foi chamado é...a marcha pela moradia com mais de três mil e quinhentas pessoas saindo da Praça Deodoro até o Palácio Henrique de La Roque, ela botou o secretário dela Wilson Neiva e o coronel é... Dualibe para nos receber não é, e lá foi criado uma comissão, uma comissão onde estava incluído o pastor José Santos da Igreja Madureira, o padre da Igreja Católica, o Padre Antônio, português é...outras

peças o Movimento Nacional de Luta pela Moradia, do Fórum Maranhense pela Moradia e eu fui o representante dos sem teto né nesta comissão formada que também tinha outros partidos políticos né tinha o PSTU representado pelo Marcos Silva, tinha o PT representado por outros companheiros não é, mas o governo não abria mão das posições de que de fato, a gente, eles diziam que nós éramos um bando de desempregados e que nós éramos baderneiros e que de fato não, não iam de maneira alguma abrir mão ou apoiar nosso movimento. A prefeitura é..., já tinha sido conquistada pelo Drº Jackson Lago, hoje governador do Estado, naquela época era prefeito foi eleito no segundo turno e apoiou, ele veio aqui na Cidade Olímpica né, em fevereiro de 97, seis de fevereiro de 97, trouxe com ele uma comissão de médicos não é, trouxe com ele enfermeiras, medicamentos, botou uma farmácia básica, pessoas que, os médicos e enfermeiros pra tarefa cuidando da saúde dos sem teto porque nós éramos duas mil e duzentas pessoas e...medicamentos também né, aqui eram feitas consultas, exames porque tinha muita gente que adoeceu bastante, de dengue é... também de...febre, muita febre, gripe porque era um local muito apertado, era um barracão com duas mil e duzentas pessoas dormindo umas sobre as outras e também teve desenteria, mas ele deu a mão direto, apoiou, ele fez tudo na época o governo do município de São Luís Drº Jackson Lago deu todo apoio inclusive indo na área.

Na fala de João Batista percebe-se como o movimento foi articulado junto aos apoios recebidos das entidades religiosas, institucionais e dos partidos políticos. No que diz respeito ao comportamento do governo do Estado e a Prefeitura de São Luís diante de um problema social que é a falta de moradia, os relatos dos entrevistados apontam uma crítica à atuação do governo do Estado, considerado conservador em relação à causa do movimento. A governadora designou seu secretário, mas não deu a devida importância que merecia o movimento dos sem-teto, só depois de passeatas e manifestações foi que houve interesse em solucionar o problema, até porque houve muitos apoios à causa, principalmente da prefeitura de São Luís.

Na época da segunda tentativa de ocupação, no final de 1996 estava ocorrendo as eleições para prefeitura. Nesse período Jackson Lago se comprometeu a dar apoio aos sem teto, o que segundo o relato aconteceu em fevereiro de 1997, já na condição de prefeito eleito quando foi destinado aos moradores assistência médica e medicamentos.

Para Rosa Carina, a ajuda da prefeitura foi muito importante. Em relação à participação do Estado é enfática quando afirma que a compra da área só se deu devido à luta dos ocupantes e ao contexto histórico da época já que, o ano de 1996 foi um período de grandes manifestações organizadas pelo MST em todo país. Cita em sua fala mesmo não sabendo dizer o fato em si, um massacre, esse massacre foi o do Eldorado dos Carajás cuja repercussão foi significativa dentro e fora do país. Para ela:

A prefeitura nos mantinha com remédios, alimentos, a secretaria de saúde esteve aqui. O Estado nunca nada. O Estado só comprou área depois que ele foi obrigado, de livre e espontânea vontade ele nunca fez nada, ele foi obrigado pelo governo federal, pela ONU. Houve um massacre grande e fotos foram divulgadas nos Estados Unidos e na França, então as organizações unidas chegou um consenso e

processando o governo federal por causa da situação que estava se passando aqui e por ser na época a maior ocupação na América Latina.

Sobre os apoios políticos e a ideologia que predominava no interior do grupo, foi sendo relatada uma série de partidos políticos que vieram a apoiar a causa dando um caráter político diversificado ao movimento. No entanto, é dada uma ênfase maior aos Partidos dos Trabalhadores. O próprio João Batista era oriundo de uma militância petista anterior à luta pela área na Cidade Olímpica, desde a década de 80. Esse militante demonstrava conhecimentos sobre questões sociais, já que também fez parte do MST e de movimentos sindicais. Foi líder das articulações junto ao governo com o apoio do Fórum da Moradia:

Eu sou fundador do PT no Maranhão né, em 1980 quando eu trabalhava na fábrica da Coca-Cola, em março de 80, então dessa época pra cá eu sou filiado ao partido, quando nós entramos aqui é...além de ser sindicalista né visando criar também a CUT no Estado fazendo oposição sindical em todo o Estado do Maranhão, já venho de uma luta também é...da luta do movimento dos sem terra, movimento dos garimpeiros, movimento dos trabalhadores nas fábricas de São Luís, então apenas quem estava filiado a um partido na época era eu. Os apoios ao movimento foi dado pelo PT né, na pessoa, principalmente do deputado federal Haroldo Sabóia, do deputado e, então vice-prefeito Domingos Dutra, do ex-deputado Luís Vila Nova, do Joan Botelho, professor Joan Botelho, é...também do advogado é...João Maciel, todos estes que estou falando são do PT, a Juliana também é do PT, estava no Fórum Maranhense em Defesa da Moradia, Josinaldo, todo esse pessoal ligado ao PT. Do PSTU tinha o Chagas que era universitário, o Marcos Silva que era o presidente do PSTU, É...o Ronilson que hoje é formado em História, é... o Alberto que também estava se formando pela UFMA não é...tinha outros partidos né, o PDT também que apoiou a luta que apoiou a luta né, tinha o PC do B, esse pessoal, foram os partidos que apoiaram a gente.

Nesses trechos há o relato de apoios recebido durante o processo de negociação com os donos da área, o governo e os representantes dos ocupantes. Podemos verificar no relato que não houve uma hegemonia dentro do movimento de ocupação da Cidade Olímpica, mas todos os partidos foram acolhidos como apoiadores da causa. No entanto, há uma nítida simpatia pelo Partido dos Trabalhadores na própria fala dos moradores, tal simpatia deve-se a liderança ser petista e, também o apoio maior que foi o Fórum da Moradia ser vinculada ao PT, como observa-se no relato do Sr. Silva:

O partido que mais deu apoio pra nós foi o PT, o PT, inclusive a Juliana era do PT, o Fórum da Moradia era todinha do PT, o Dutra, o Sabóia. A bandeira nossa aqui era o PT, no início nós não tinha concepção de nada, Juliana que ensinou. Roseana deu muito apoio nessa época, negociava a terra, comprava, Dutra foi um guerreiro, vestiu a camisa, o PSTU também. O Fórum orientava como nós trabalhar, nós procuremos se organizar mais, todo mundo deu apoio de modo geral.

Para Renata, os apoios políticos eram bem-vindos, a partidarização não tinha tanta importância, a luta sim, a causa da moradia era que interessava e o PT é apontado

como o grande apoiador nessa conquista.

Existia o PT que nós tínhamos muita admiração pelo PT, o PT sempre somou conosco né...e do PT na época era Helena Heilly, ela era deputada e ela deu uma força muito grande pra gente, nós tivemos a participação do PT assim como de outros partidos, mas a mais importante mesmo foi a participação do PT que vestiu a camisa junto com a gente porque defende mesmo essa causa da moradia né, do MST, graças a Deus nós fomos muito bem ajudados por eles. Graças a Deus em primeiro lugar, segundo ao Fórum da Moradia que nos organizou, porque nós éramos desorganizados. Então a partir do momento que o Fórum entrou, passou a nos ensinar, nós passamos a ter seminário, como se organizar uma ocupação, como se organizar em si o grupo, sem o Fórum a gente não tinha chegado a lugar nenhum.

Assim como Renata, Carina enfatiza a contribuição do Partido dos Trabalhadores e o contexto político na época favorável a ocupação já que era ano de eleições municipais em São Luís e o candidato Jackson Lago já havia sinalizado o apoio ao movimento caso fosse eleito:

A gente aproveitou a eleição de 96, Drº Jacskson era candidato a prefeito e Dutra era o Vice e Dutra era o nosso advogado na época, era deputado federal e candidato a vice e ajuda dos políticos. Nós tivemos apoio político, o único apoio político que nós tivemos foi do PT só, e, depois de um certo tempo foi que veio Chico Coelho que era do PFL e a maioria dos sindicatos. Eu não era filiada a nenhum partido, não sabia nem pra que lado ia à ocupação, foi a minha primeira ocupação que eu participei.

Para Ananias, o contexto político e os apoios dos partidos foram importantes à medida que contribuíram para a causa que estavam lutando, cita os vários apoios recebidos inclusive do PFL, partido de Roseana Sarney e do próprio governo do Estado:

Na época quem estava na prefeitura foi o atual que foi posto governador que era o prefeito Drº Jackson Lago. Quem nos ajudou muito foi o PT do Lula. O mais que atuou aqui foi o PT, depois veio o PSTU, depois veio o partido da governadora que é o PFL, outros partidos não ajudaram como esses partidos que cabe de citar ajudou para a construção da Cidade Olímpica. Quem ajudou muito a gente foi o movimento de luta pela moradia chamado de Fórum da Moradia. O Fórum da Moradia era instalado ali no Monte Castelo detrás da Igreja da Conceição. E teve uma engenheira guerreira também chamada Juliana do INCRA, ela nos ajudou bastante aqui dentro, foi uma mulher muita guerreira, sofreu muito as conseqüências aqui dentro, polícia de choque batia nela, batia em Carina, batia em João Batista, batia em várias mulheres. Nós cadastrávamos lá na Zenir e mandava as pessoa pra dentro do barracão com a carteira de identidade e o titulo de eleitor porque tudo é política, não há política sem o povo, naquela época nós precisava do apoio de todos os partidos. Quem estava apoiando para com que ficasse com um pedaço de chão era o governo do Estado, a Prefeitura e o governo Federal.

A compra da área pela governadora, segundo o Sr. João Batista foi fruto de muita luta. No dia 22 de janeiro de 1997, foi dada à reintegração de posse a favor dos proprietários, os ocupantes não saíram da área o que forçou o governo do Estado fazer um

acordo. Pelo acordo os sem-tetos ficariam residindo em um hectare de terra até ser resolvida a questão.

Nós dissemos ao governo do Estado através de seus secretários que se ele quisesse contribuir com os sem-teto ele teria que fazer o cadastro ou ajudar a fazer o cadastro através do cadastro que nós já tínhamos aqui dentro, mas com os sem-teto dentro da área. Logo que houve a liminar no dia 22 de janeiro de 97 nós ficamos residindo em 1 hectare e meio só, não podíamos sair pra lado nenhum. Então o governo tentou retirar, lutou muito, mas a nossa Comissão disse pra ele que daqui só sairíamos direto pro cemitério, não teria força nenhuma policial ou judicial que conseguisse nos tirar de dentro da Cidade Olímpica. Então a partir dali foi uma resistência muito forte, o governo começou a tirar e levar para a escola Léo Franklin e ele não teve o controle e parou o cadastro que eles estavam fazendo nessa escola no mês de março e abril, parou porque eles não tinham o controle da coisa, e a partir do dia 15 de maio de 97 nós nos comprometemos dizendo que nós íamos organizar todos os sem-teto levando para a Cidade Operária (escola Léo Franklin) para que tivesse sendo feito o cadastro de todos eles lá, mas nós encaminhando e dizendo quem era que ia ser cadastrado, porque eles iriam cadastrar pessoas de fora inclusive do ex-ocupante que era o Gordo. Nós não aceitávamos de maneira alguma, o Gordo foi covarde saiu aqui de dentro dizendo que não tinha o peito dele pra bala e que ele não voltava mais aqui de maneira alguma e quando nós reocupamos que ele viu a resistência e a luta aí ele quis voltar pra tirar proveito político nós não aceitamos mais.

Devido à permanência dos moradores na área foi feito um cadastro na escola Léo Franklin localizada na Cidade Operária e organizado pela Comissão juntamente com o governo do Estado. Nessa segunda ocupação, quando os sem-tetos já estavam mais organizados, o líder da primeira ocupação Luís Inácio Cândido da Silva (Gordo) tentou voltar e, segundo João Batista não foi aceito.

Assim como João Batista, para Renata o Estado só negociou e comprou a área porque foi pressionado:

O Estado comprou um limite de 272 hectares da Cidade Olímpica, ele comprou, negociou né, depois da nossa luta o Estado acabou comprando a Cidade Olímpica, 272 hectares foi negociado e hoje feito uma pesquisa existe 65.000 famílias né.

Diferente dos relatos anteriores, o Sr. Silva relata à compra da área como uma benfeitoria da governadora Roseana Sarney. Demonstra afetividade em relação às atitudes da governadora na época e a considera importante na conquista da Cidade Olímpica. Segundo ele:

Dutra ligou pra Roseana que tava em Brasília, tava até doente. A gente chamava até de Branca e disse: Branca, você como governadora do Maranhão, se você não tirar a polícia daqui vai ter um conflito de morte, vai morrer muita gente aqui dentro, tem mais de cinco mil pessoas aqui, já são duas horas da tarde, se você os jagunços vai acontecer como aconteceu em 95 no Eldorado do Carajás que morreu 16 pessoas lá, mataram e eu não quero, eu como deputado, eu como político não quero, como ser humano que isso aconteça no Maranhão porque é muito feio. Eu tava pertinho dele, ninguém tava perto dele, ele ficou ligando pra ela, quando deu seis horas da tarde, ele disse: Olha, a governadora Roseana do Maranhão, a Roseana Sarney mandou

fazer um pedido a polícia vai se retirar agora, vai fazer um cordão de gente pro lado e a polícia pra outro e nós vamos ficar na área, a polícia saiu e nós ocupamos o galpão, aí nós ficamos lá, aí o dono da terra disse pro governo do Estado que só negociava, só vendia, ele pedia o prazo de quarenta dias sem levantar uma peça de madeira, nenhum barraco, sem fazer movimento nenhum, todo mundo junto no barraco, ficamos acampado tipo assim uma aldeia. Ficamos, quando deu com quarenta dias, ele pediram mais um prazo, aí nós já tava cansado e não aceitamos um prazo aí nós ocupamos a área, aí ela foi e negociou e pagou, nessa época ela era Deus no Estado, comprou 272 hectares. Nosso argumento pra entrar na área foi que sumiu um rapazinho chamado Jailson Sousa Viana. Quem tava na prefeitura era Jackson, ele disputou com Castelo, aí veio a reeleição de novo, inclusive ele deu muita força pra gente, o governo era Roseana.

Também para o Sr. Ananias, a compra da área foi feita de maneira positiva pelo governo e, se não fosse a atitude da governadora não seria possível a conquista da área. Ananias considera a ex-governadora como madrinha:

Bom, a empresa, a Gás Butano e a Água Indaiá devia impostos ao governo do Estado e não só ao governo do Estado, não só ao governo do Estado como a prefeitura. Então, o que a Dra Roseana fez é...desses 1436 hectares de terra como foi testemunhado 270 é...ficou descontado através de impostos que a empresa devia ao governo do Estado e a prefeitura, certo? Olha pra lhe dizer a verdade ela é a nossa madrinha, porque graças, se não fosse ela nós não estava morando aqui, ela não tinha negociado a terra. Isso aqui ia se transformar num conflito muito grande no formato como no Eldorado dos Carajás. Então ela não queria como governante que acontecesse como aconteceu no Eldorado dos Carajás, então foi imediatamente negociado a terra.

Nos trechos observamos o relato da negociação e compra da área. Para o Sr. Ananias a empresa Gás Butano devia impostos ao governo e esse débito seria quitado com a entrega dos 270 hectares de terra. Nos jornais analisados e nos relatos de outros ocupantes não é mencionado esse tipo de negociação, o que é afirmado é que o governo do Estado negociou e comprou a área por uma determinada quantia em dinheiro pressionada pelos moradores e pelo contexto histórico da época de luta por moradia em todo país.

É importante mencionar como era o cotidiano dessa ocupação, ainda segundo o Sr. João Batista:

Historicamente o ser humano é...depois da necessidade de sobrevivência, surge a necessidade de exatamente, da moradia, essa moradia fizeram cavernas, barracas de pau, enfim, e aqui pra nós na Cidade Olímpica o que uniu diferentes etnias, credos religiosos, enfim, foi exatamente a necessidade pela moradia né, nós tínhamos um levantamento que em São Luís, isso são dados estatísticos de professores da Universidade Federal com o nosso apoio dizem tinham 101 mil famílias em 96 sem teto ou não tinham moradia, no Estado inteiro era 453 mil famílias sem teto, esse número cresceu hoje e no Brasil inteiro nós tínhamos 9 milhões de famílias sem teto né. Portanto, os 1430 hectares de terra que eram 2% do total da ilha pertencente ao grupo econômico e político do Ceará, que nem aqui gastavam seu dinheiro ou pagavam os seus impostos e nem votavam em ninguém aqui detinham na ilha essa área de terra improdutiva segundo levantamento feito né, a partir de 13 a 17 de janeiro de 97 pelo INCRA né, solicitado por nós e autorizado pelo então superintendente naquela época o Drº Horlando Muniz. Então o que juntou mesmo

praticamente todas essas pessoas foram a necessidade de moradia, agora nós tínhamos mais um ingrediente, porque nós não queríamos só morar né, nós queríamos também ter um local onde a gente morasse com dignidade. Qual era a dignidade? Era tendo uma fonte de renda, tendo trabalho, produzindo não é? Tendo o que é necessário, (...), em função disto vem às outras necessidades na questão do transporte, a infra-estrutura como água, esgoto, energia, aí vem a saúde, educação, certo, a segurança pública ta, então nós queríamos morar, uma moradia de qualidade, em tanto a Cidade Olímpica é uma ocupação diferenciada de todas as outras existente em São Luís.

A ocupação da Cidade Olímpica se diferencia das outras por ter sido organizada, na mesma época estava ocorrendo ocupações desordenadas em vários pontos da cidade, como por exemplo, no São Raimundo, no Sacavém e na Ilhinha, todas sem planejamento e sem muita repercussão. Os apoios recebidos na ocupação da Cidade Olímpica foram bem mais notáveis e importantes para a conquista, afinal, pela pressão que foi feita as autoridades do Estado não poderiam fechar os olhos para o movimento. É visível a organização do movimento quando conhecemos o bairro que tem estrutura de conjunto residencial, as ruas, os lotes têm as mesmas medidas e as três avenidas principais (avenidas Jailson Viana, 29 de dezembro e a dos Agricultores) são largas com mão dupla.

O Sr. João Batista tem um mapa da divisão dos lotes e dos espaços que foram reservados para projetos de lazer, hospitais e escolas que não chegou a ser realizado já no decorrer da ocupação essas áreas foram sendo ocupadas. A ocupação da Cidade Olímpica foi pensada pelos moradores em assembléias feitas ainda na época das negociações. Nessas assembléias eram discutidas as questões pertinentes à infra-estrutura do bairro, as necessidades dos moradores, a uma moradia de qualidade como foi pensada.

Sobre a ação da Polícia Militar do Estado, João Batista destaca a violência como forma de repressão, o descaso da governadora do Estado para com os ocupantes e somente através de acordos foi possível controlar a situação:

A questão da segurança pública foi tratada pra nós, indiferente, porque nos trataram como se nós fôssemos assim, baderneiros, pessoas que não tivessem responsabilidade, que não pagassem seus impostos, que não pagassem seus impostos, que não votassem que não trabalhassem né, mas todos nós somos pais de famílias, trabalhadores desde dessa época ou muito antes, votavam e pagavam seus impostos todos os dias. Dessa maneira o Estado do Maranhão através da sua governadora nos tratou indiferentes, a repressão foi violenta a partir daquela hora, ela só parou quando nós fizemos um acordo político. Esse acordo político dizia que a Polícia no Brasil está acima de tudo, através desse acordo político conseguimos retirar daqui de dentro o poder econômico que era da Gás Butano a proprietária. O dono da Gás Butano era padrinho de casamento da governadora Roseana Sarney, então através de acordo político conseguimos tirar daqui de dentro o poder econômico da Gás Butano, o poder Judiciário que era nessa época no Fórum de São José de Ribamar e também a repressão policial porque aí só entrava depois do acordo com a permissão nossa, dos sem teto pra poder entrar aqui dentro da Cidade Olímpica.

O acordo mencionado foi feito na época em que várias liminares de reintegração de posse foram concedidas em favor da Gás Butano (poder econômico) pela Comarca de São José de Ribamar (Poder Judiciário) e por isso a ação policial foi repressiva já que os ocupantes resistiam em sair da área. No período das negociações os ocupantes se comprometeram a ficar em determinado espaço da área até ser resolvido o impasse.

Em relação à questão política da ocupação, como os moradores sobreviviam, João Batista é enfático na defesa da importância da participação popular na política destacando a figura do presidente Lula do partido do qual é filiado.

Muito difícil, na hora do sacrifício são poucos que estão presentes apoiando, fazendo alguma coisa. A outra questão é quando alguém se propõe a defender os direitos dos menos favorecidos, você é tido como é...intolerante, você é tido como subversivo, como inseqüente e as vezes, chamado até de maluco. Então essa questão social, a história diz que de fato, precisamente a História econômica e a História política no nosso Brasil, especificamente no Maranhão não é diferente, todas as pessoas que estão ligadas aos outros, que defendem políticas públicas de pessoas menos favorecidas, então é muito difícil no momento daquele, de uma ocupação por moradia ter exatamente o apoio de um político, principalmente dos políticos tradicionais. A política no Brasil começou a mudar a partir da participação popular quando o então presidente Lula era candidato houve uma participação popular, a população de baixa renda, a população que não tinha estudo, a população que não tinha emprego, a população que não tinha casa começou a participar ativamente, claro que o poder de decisão dessa questão ainda, da política e a parte econômica ainda essas organizações populares, esses grupos menos favorecidos não opinam sobre essas questões, mas já foi um avanço só em, as vezes muitos participarem da política, participarem mesmo sabendo que não são eleitos porque a política nesse país é feita para aqueles que têm dinheiro, deveria ser o contrário.

Durante o processo de ocupação apareceram muitos especuladores, mas, ao mesmo tempo havia controle na entrega dos lotes para quem realmente não tinha moradia e que mora lá até hoje. A Comissão desenvolveu alguns critérios para saber se as pessoas que reivindicavam um lote estavam realmente precisando. Esta questão, segundo João Batista era muito difícil, pois a Comissão não tinha como verificar cada caso. No entanto, a maioria das pessoas que ficaram com os lotes dormia na área durante todo o processo de negociação até mesmo os testas-de-ferro que estavam na área a mando de especuladores.

Pra nós foi muito difícil, essa foi a parte mais difícil porque a nossa comissão, logo que nós começamos era reduzida a sete pessoas, os oito faziam a segurança, então nós não tínhamos dinheiro e nem tínhamos transporte, nós tínhamos apenas critérios pra saber se a pessoa era sem teto. Então acreditávamos nas pessoas que tivessem falando a verdade pra nós, então se você chegasse e dissesse: eu sou Maria dos Prazeres e quero um lote pra morar porque eu não tenho uma casa ou então a minha casa é alugada e eu não tenho condições de pagar ou então a minha casa foi comprada na Caixa Econômica e eu era empregado e hoje estou desempregada, estou devendo a casa e não tenho como pagar. Então muitas vezes nós não tínhamos condições de ir, indo em loco pra verificar se essa pessoa de fato precisava dessa casa. Por isso, teve muito testa de ferro aqui inclusive a secretaria de educação do Estado na época, muita gente que tinha um cargo de confiança, mandavam testa de



ferro para estarem pegando lotes aqui dentro da Cidade Olímpica, foram muitos de todas as secretarias que nós chamamos de especuladores. Nós chegamos ainda em 97 tiramos 1.156 especuladores daqui de dentro. Quando detectamos, logo duas, três semanas depois aí o testa-de-ferro se ausentava e aí aparecia exatamente a pessoa, chegava com um carrão bonito e geralmente a pessoa que tem um carro novo, bonito ele não é sem teto, ele ou ela não é sem teto. Como é que você tem dinheiro pra comprar um carro e não têm dinheiro pra comprar uma casinha no valor de dois, três mil reais. Então imediatamente a gente retomava o lote e passava para quem precisava do lote.

Para Carina, durante o processo de ocupação era difícil saber quem era sem teto ou não, mas houve uma pesquisa entre as pessoas que conheciam os que estavam pleiteando denunciavam para a Comissão. No entanto, muitos lotes foram entregues para pessoas que tinham moradia e que depois venderam que serviram principalmente para fins comerciais localizados nas avenidas principais da Cidade Olímpica.

Era muito difícil saber que a pessoa não tinha casa, mas um vigiava o outro, um entregava o outro. Eu venho pra cá porque não tenho, uma pessoa já me conhece já sabe que eu tenho, então ele fazia uma carta, tinha uma urna, ele fazia uma carta botava o endereço da pessoa tudinho no local e a gente ia verificar, mas era muito difícil, a agente conseguiu combater metade, 50%, os outros 50% não, a gente não tinha ajuda era só nós mesmos e Deus.

Este fato é descrito por Ananias, ao afirmar que: “Nós fazia a pesquisa de opinião pública, onde mora, porque ta querendo lote, qual a finalidade que quer morar dentro da Cidade Olímpica, é... quantos filhos têm”. A pesquisa de opinião pública que seu Ananias refere-se em muitos momentos foi feita por ele para que os lotes de terra fossem distribuídos a pessoas que realmente não tinham onde morar. Percebemos uma preocupação do mesmo nessa pesquisa em saber qual era a finalidade de morar no bairro e as necessidades pessoais dos moradores quando indaga a quantidade de filhos, entre outras questões que considerava importante.

### **3.2 O Cotidiano da Ocupação**

Quando optamos por trabalhar a oralidade das pessoas que fizeram parte de um fato histórico pensamos em resgatar o cotidiano desse acontecimento, como as pessoas se organizaram no período em que foi sendo negociada a terra, quais suas dificuldades e necessidades como também os momentos de descontração.

Destacamos a participação feminina no movimento de ocupação. Em todos os relatos verificamos a mulher como responsável pela conquista da Cidade Olímpica. São atribuídas a elas características de lutadoras, corajosas e que sempre estiveram à frente nos momentos de resistência, nos enfrentamentos com polícia militar e na organização doméstica

dentro do barracão. Para João Batista:

As mulheres do movimento era maioria absoluta, bem mais corajosas. Os maridos ficavam em casa e mandavam as mulheres haja vista que no enfrentamento com a própria polícia, com os jagunços as mulheres é quem estavam na linha de frente, eram pouquíssimos os homens que se defrontavam assim com a polícia. A participação política delas também foi muito importante (...), elas estavam juntas em todos os movimentos, onde tinham de ir elas iam mesmo, São José de Ribamar, nós fizemos 111 viagens pra poder ganhar a Cidade Olímpica, daqui pro centro da cidade de São José de Ribamar, fora, fomos pra Fortaleza, Brasília e Belo Horizonte.

Além da separação das tarefas realizadas por mulheres e por homens dentro desse contexto Carina destaca a questão amorosa dentro do movimento, segundo ela houve casamentos e separações.

As mulheres cuidavam do barracão, da alimentação e os homens cuidavam de distribuir o povo, andar pro campo pra fazer limpeza, pra medir, pra fiscalizar. Os homens faziam aparte mais pesada, assim...braçal, a mulher tudo enquanto ela que tomava a frente de tudo como na época de enfrentar os jagunços foi as mulheres, a maioria foi de mulher, pra enfrentar a polícia a maioria foi das mulheres porque os homens não poderiam entrar na frente se não ia dar só pra eles né, então tudo enquanto a maioria foi de mulher. Quem era casado se descasou e quem era solteiro casou, mas era uma época muito gostosa, muito boa.

Para Renata, a participação feminina foi decisiva principalmente quando reivindicavam soluções para os problemas sociais na época que era a falta de moradia entre outras questões de saneamento básico.

Mulheres tinha demais que não dar nem pra ter uma noção, só sei que era muito mais mulheres do que homem. Muitas vinham pra cá quando ele é...assim quando nós ocupamos muitos vinham e deixavam os filhos em casa e outros vinham traziam os filhos e após nós tá morando ficou difícil. Olha não se tinha energia, primeiro de tudo não se tinha energia, as casinhas, tudo, a maioria coberta com lona, com papelão e depois eu vou te mostrar umas fotos que tenho aí, era uma coisa assim, incrível né, mas elas se saiam muito bem, umas eram domésticas tinha que sair e deixavam os filhos, as vezes até só, mas o desenvolvimento da mulher foi nota dez, elas deram a volta por cima mesmo, se era pra ir, pra reivindicar algo pra gente, tava todas as mulheres em peso.

Assim como Carina o Sr. Silva destaca a questão da separação de vários casais no interior do movimento. No entanto, o faz de forma negativa, por, culturalmente, considerar o casamento importante. Também destaca como inerente à mulher a preocupação com moradia, emprego, filhos e higiene.

Numa parte era muito boa, do outro lado muita mulher se separou. As mulher aqui, 80% da luta, foi a mulher mesmo, se não fosse a mulher nós não estava aqui, a mulher hoje se desespera mais, ela quer um teto, um emprego, sempre sobra pra mulher, preocupava com os filhos, preocupada com tudo, com a falta de higiene.

A participação feminina para seu Ananias também nos remete a entender como o papel feminino estava bem definido. Como a mulher mesmo lutando junto com os homens, enfrentando policiais, tendo os mesmos interesses era vista pelos homens. O relato do Sr. Ananias demonstra a cultura historicamente masculina ainda muito presente na sociedade. Para o líder da ocupação,

A participação das mulheres era centivar, centivar as donas de casa sobre o papel de higiene, centivar na hora da alimentação, centivar na hora do café é...e planejamento. Debatia, fazia mesas redondas de qual era o partido que tava mais ajudando.

A economia, na época da ocupação, para o líder João Batista, representava uma economia informal. Havia muito desemprego, relata, utilizando dados estatísticos que teriam sido coletados na época para saber a quantidade de profissionais. Também foi feito um projeto urbano e rural que não chegou a ser efetivado por falta de apoio a causa dos moradores. A maioria das áreas destinadas a esses projetos foi sendo ocupada por moradores ou especuladores.

Nós tínhamos dois por cento de nosso pessoal com emprego fixo, o restante estavam na economia informal. Nós fizemos um levantamento e nós tínhamos 125 profissionais: alfaiates, enfermeiros, professores, artesãos, enfim, é tanto que no nosso projeto nós criamos na área, logo no início quando nós voltamos a reocupar a Cidade Olímpica nós tínhamos um projeto urbano e um projeto rural que era exatamente um projeto de produção e renda. O desemprego era muito grande, nós tínhamos aqui uma população, a nossa população, nós temos um levantamento da época 93% eram desempregados, não tinham emprego fixo, viviam da economia informal.

Para Carina, a maioria das pessoas era desempregada e ao longo das negociações feitas para ficarem no local os moradores organizaram equipes para arrecadação de alimentos nos principais comércios próximos a ocupação como os bairros Cidade Operária e Jardim América. Também destaca a ajuda da Prefeitura que fornecia cesta básica no barracão.

A maioria das pessoas aqui de dentro eram pessoas desempregadas que passavam fome mesmo, então essas pessoas se mudaram definitivamente pra dentro do barracão, era uma família. A doença começou a chegar por conta de todo mundo fraco daí nós tivemos a idéia de passar para as doações de ossos, de carnes na fibral, em açougues nós tinham andado isso ai tudo com o apoio dos sindicatos também e fazer um sopão, então todo dia tinha almoço e janta e café da manhã no barracão. A prefeitura começou a mandar alimento, era óleo, arroz, leite, montou um posto de saúde, a condição foi melhorando e cada um começou a fazer o seu barraco.

Além da ajuda dos comerciantes próximos o Sr. Ananias menciona uma empresa de ônibus, a GG Expresso, que por interesse de ganhar a linha do bairro Cidade

Olímpica, fornecia os meios materiais para ajudar na construção da ocupação:

Tinha uma empresa chamada GG Expresso e outra empresa do tio de José Gerardo então fornecia o ônibus. José Gerardo deu o trator na época. Os empresários dava em caixa d'água, em tubulação, tinha alimentação também e aí por diante. A prefeitura ajudava na parte de documentação em troca, politicamente. A prefeitura fornecia o remédio, vinha médico pra dentro da área, a gente fazia um quadrado dentro do barracão e os médicos receitava.

Nesse contexto, faz referência a participação da prefeitura de São Luís quanto ao atendimento médico aos moradores. O transporte e outras benfeitorias, segundo Renata era fornecido pela empresa GG Expresso:

As empresas que rodavam aqui dentro eles teriam que dar o poço artesiano, ônibus especial quando agente fosse se deslocar para algum lugar, a GG-EXPRESSO foi uma empresa que muito somou com a gente, ela nos dava especial, ela fez poço, nós temos poços artesanais construídos pela empresa GG-EXPRESSO. Elas faziam pra isso pra ganhar a linha, se não, não ficava. Era uma parceria, ela recebe a linha, mas em troca disso, ela teria que cuidar, ajudar o povo, como? Trazendo poço artesiano, trazendo ônibus especial na hora que a gente precisava pra fazer um manifesto, tudo isso a agente tinha.

Renata relata a venda de comida dentro da ocupação e o desemprego e como até hoje esse problema afeta os moradores, pessoas que não faziam parte da ocupação realizava comércio informal dentro do bairro.

O desemprego existia demais, ainda hoje tem a falta de desemprego, essa era uma das coisas que mais preocupa a Cidade Olímpica, o desemprego. A Cidade Olímpica vai fazer dez anos, hoje você olha assim na avenida, todas as casas quase estão de tijolos, mas se você andar um pouco mais pra frente, você vai ver a tristeza, pessoas que não comem pessoas que não tem um balde pra botar água, bota água nos litros porque esses litros eles encontram de graça. Logo pela manhã quem trazia bandeco trazia, quem trazia café da manhã trazia pra vender, muita venda, neguinho se deu de bem nesse tempo vendendo laranja, banana...., um senhor que era dono de um caminhão aí ele já trazia esse caminhão com tudo dentro, ele vendia muito, vendia comida, vendia tudo.

Nesse contexto, percebemos com a economia era dinâmica e como as pessoas lutaram para sobreviver à falta de assistência digna do poder público, pelo contrário foram mais ou menos 1 ano de luta para conseguirem a terra para morar.

Segundo o Sr. Silva, muitas famílias não ficaram permanentemente no barracão, tinham casas alugadas ou morava com parentes, esse contexto permaneceu até surgir reais possibilidades de conseguirem ficar no local.

Geralmente, mesmo não tendo casa, mas toda pessoa tinha teto, ou alugado ou emprestado, então no caso, aquelas pessoas que não tinha lugar, no meu caso, mas a gente vinha pra cá, às vezes a mulher dormia aqui no barracão, o marido ficava em casa ou o contrário. A prefeitura mandava comida, remédio, água.

Perguntados sobre a consciência política do grupo, sobre seus ideais de conquista, de união, alguns líderes a exemplo de João Batista, diz que essa consciência foi se desenvolvendo ao longo do tempo. Para ele, já na segunda tentativa de ocupação da área, muitos partidos políticos apoiaram o movimento, mas poucos dos ocupantes eram filiados ou entendiam a importância dessa consciência política. O Fórum da Moradia foi quem organizou os ocupantes através de palestras e seminários sobre movimentos sociais e participação popular na política do Estado.

Essa consciência não se tinha ela completa no grupo (...) o grupo não tinha uma formação política-ideológica exceto alguns deles, muito pouco, talvez 2 ou 3% do grupo, os demais não tinham nem a consciência do que era a palavra companheiro. Companheiro foi uma palavra inovadora que eu trouxe de outros movimentos que eu havia participado e introduzir aqui a palavra companheiro, companheirismo pra dar um sentido de agrupamento, de que o companheirismo era fundamental em toda a sua essência, na questão da integridade, da honestidade, da moralidade da resistência da própria luta. (...) A proposta principal que eu sempre fazia, vou falar agora do eu né porque eu organizava exatamente os conteúdos das reuniões, como era que tinha que ser discutido, as tarefas a serem passadas, serem cobradas, era exatamente a formação de consciência política de cada um ou de todos do grupo.

O Sr. João Batista, filiado ao PT foi quem esteve à frente em vários momentos da ocupação, delegava tarefas e conduzia as manifestações em passeatas e reuniões. Quando indagamos sobre a liderança do João Batista o Sr. Ananias é enfático:

João Batista na época era o líder, era à base da liderança, mas quando a polícia chegava nós não dizia que era líder, líder era todo mundo. Minha função era coordenar a equipe, a equipe dentro da área. João Batista comandava, ele dizia pra mulher: você faz isso, faz aquilo, Baiano faz isso, então em seguinte formou-se uma Comissão. Eu trabalhava na área de medição, media com a trena os lotes com outros homens.

As manifestações culturais dentro da ocupação ocorreram como uma forma de divertimento encontrada pelos sem-tetos para passar o tempo dentro da área. Observa-se que várias foram as manifestações culturais como, por exemplo, a brincadeira do Bumba-meu-Boi e outras provenientes do interior do Estado. O Sr. João Batista cita alguns exemplos:

Nós viemos de várias regiões do Maranhão, por exemplo eu tô vindo do Vale do Pindaré, do Bumba-meu-boi que é muito forte, a dança da mangaba, a dança da catirina, o tambor de crioula que é muito forte na minha região, mais tem outros que já vieram da baixada, outros que já vieram do sul do Maranhão, outros eu já vieram do baixo Parnaíba, dos lençóis maranhenses, 98% das pessoas daqui são do interior do Estado. A diversão daqui era exatamente o jogo de dominó, o baralho que não era feito como jogo de azar, bebida não porque era terminantemente proibido, tinha manifestações através de culto ecumênico, da religiosidade, tinha também a manifestação do pessoal do candomblé.

Para Carina, os laços culturais significaram união, entendimentos entre os membros da ocupação. Menciona com saudosismo essa época, o carro de som que animava as noites foi uma das formas mais utilizadas para prosseguir nos objetivos que estavam almejando. Para ela:

Foi à época de mais união foi essa época que todos se entendiam, quando um dizia uma coisa e todos concordavam, então foi a época, foi a melhor época, a melhor parte foi essa. Então a única cultura que nós tínhamos era a noite vigiar o carro de som que fazia zoada, botar música todo mundo ia dançar pra ninguém dormir pra evitar que tanto os jagunços quanto a polícia viesse nos expulsar da área, geralmente eles vinham à noite, por isso nós passávamos a noite acordados ai nós fazíamos a fogueira, ligava o carro de som, botava a música e assim passava a noite todinha.

Já para Renata as manifestações culturais envolviam bebedeira que, teoricamente era proibido segundo os relatos do Sr. João Batista. Para Renata:

A cultura maior deles aqui era o goró, eles bebiam muito, às vezes eu chamava a coordenação de frente, olha quem muito bebe esquece de si. Eles bebiam, eles dançavam demais, a gente botava o carro de som ligado a noite toda e eles dançavam, aí era muita diversão, era divertido demais.

No contexto da ocupação, a imprensa assumiu o papel de divulgar os fatos que estavam acontecendo, as suas opiniões e, em muitos casos assumia a função de escolher o lado que defenderia em suas reportagens. No relato do Sr. João Batista, percebe-se o preconceito de alguns jornais referente ao movimento e como foi desencadeada a questão para a opinião pública.

Na época a maioria da imprensa queimava o movimento, nos chamávamos de invasores. Ora, eu disse várias vezes pra vários jornalistas, nós falávamos muito disso, há diferença de ocupação e de invasão. A diferença é muito grande, invasão é quando você tira alguém que está em determinado local e fica no lugar aí você está invadindo, mas o espaço vazio que não está ocupado e você ocupa você está ocupando não está invadindo. Temos direito a moradia, a gente alegava muito isso na constituição cidadã de 88, o direito a moradia que é um dos direitos da humanidade. A imprensa muito, na época foi muito violenta, tudo que acontecia de ruim eram os sem-teto, era o pessoal que invadiram. Na verdade antes de nós em São Luís havia um ciclo vicioso de ocupações, aconteceu no Coroadinho, no Coroadado, no João de Deus, no Bairro de Fátima, no São Raimundo e outros locais, agora aqui, nós dizíamos o seguinte: quem vier pra cá é pra ficar aqui, pra morar e não ficar ocupando aleatoriamente, indiscriminadamente. A imprensa distorceu muito, os jornais, nós tivemos um embate com o jornal O Debate, fomos na sede do jornal, entramos em choque com o diretor do jornal e dissemos pra ele que não publicaria mais nem uma nota sobre a Cidade Olímpica. Também dissemos para a rádio FM Mirante também não vir mais aqui porque estavam distorcendo todas as nossas informações, então jogavam a gente uns contra os outros, então isso foi muito difícil pra nós. A TV Mirante só divulgava aquilo que era de interesse do governo na época e de interesse dela.

Nos trechos da fala do Sr. João Batista há um embate de opiniões em relação à ocupação. Nesse texto percebe-se como a imprensa distorcia os fatos e como o

próprio autor se defende. A mídia tem poder de influenciar positiva ou negativamente um fato, os interesses, a quem está vinculada e qual função desempenha em relação à opinião pública.

Não é demais salientar que na época da ocupação, dezembro de 1996, quem governava o estado do Maranhão era Roseana Sarney e, cujo jornal *O Estado do Maranhão* e o Sistema Mirante de Televisão não faziam críticas a sua atuação frente às manifestações dos sem-tetos, pelo contrário colocava os fatos distantes da questão política de sua gestão. O objetivo era não questionar sua atuação nos primeiros momentos da ocupação, só depois de resolvido o impasse é que foi colocada sua atuação como importante e em alguns momentos como responsável na resolução do problema.

No relato do Sr. João Batista é possível perceber a prioridade dada à informação sobre o movimento. Contrário ao Sr. João Batista, Carina destaca a imprensa de forma positiva, segundo ela a imprensa sempre esteve a favor dos ocupantes:

A imprensa sempre esteve a favor nunca contra, na época era o Bandeira dois que era do SBT, sempre dava o apoio, o suporte pra gente, todo dia era divulgado, bem divulgado, agora o que mais contou mesmo foi o apoio das entidades filantrópicas, os sindicatos que fez com que a nossa luta aqui, a nossa história ficasse conhecida lá fora pelos Estados Unidos, França aonde o governo federal foi pressionado a comprar, a dar a área pra gente. O governo Federal pressionou o governo do Estado a comprar, a pagar área pra dar pra gente. (...) Quem era mais parte de imprensa era Renata e João Batista, eu não me identifica muito com isso não, meu negócio era andar atrás das coisas, brigar mesmo com polícia, com que tivesse, agora não me desse pra fazer uma entrevista não que acabava comigo.

Também o Sr. Silva destaca a imprensa como fundamental para a causa que estavam lutando. Divulgar o movimento era considerado importante mesmo não entendendo o que estava sendo divulgado ou não. O importante era “passar” na televisão ou divulgar nos jornais, tornar a causa conhecida para a sociedade:

rapaz, só o cadáver aqui, nós sem comida, sem água, foi fundamental a A imprensa pra nós foi fundamental, a imprensa filmava tudo, o caixão do imprensa. O que mais detonou aqui em cima da Cidade Olímpica foi Jânio Arley, porque a imprensa diz umas coisas que as vezes não é. A Mirante foi a melhor, divulgava tudo.

No relato de Renata percebe-se como divulgar o movimento era importante. Os ocupantes almejavam ser ouvidos por intermédio da imprensa, daí o interesse apesar das críticas a alguma informação considerada duvidosa no contexto da ocupação:

A imprensa era muito importante pra nós porque na época, dia 22 de janeiro quando a imprensa chegou, pra nós foi uma grande importância que era a famosa Mirante, a Mirante era em cima direto, direto, direto, tinha Tribuna, a Rádio Tribuna que vinha fazer muita reportagem onde foi criado a palavra de ordem: Ocupar, resistir, construir pra morar, eu criei junto com o Fórum da Moradia, a gente tava sempre

criando, assim...frases. O Debate, eles vinham muito, o Jornal Pequeno também vinha, tinha O Imparcial. O Imparcial esse então fez toda cobertura, O Imparcial vinha direto, eles faziam reportagem de manhã, de tarde e de noite.

O Sr. Ananias entende que a Imprensa só divulgava a ocupação de maneira positiva:

A imprensa, a televisão, os jornalistas foram muito importante pra gente, ajudou muito, muito mesmo na luta pela moradia, divulgava muito, botava nas rádios, emissora de televisão, passava na televisão também as lutas mesmo, as brigas. Passava de maneira positiva, falando muito bem dessa ocupação que aqui era só uma área improdutiva de mata fechada. Nego robava lá, lá fora e trazia pra dentro da área antes da gente ocupar só existia aqui dentro, só era cadáver.

Como foi uma ocupação organizada, a Comissão destinou espaços para as áreas de projeto. Para Renata essas áreas foram ocupadas por pessoas que não tinham compromisso com o futuro do bairro. Todas as áreas de projetos foram ocupadas por moradia, às escolas municipais que hoje existem no bairro foram compradas. Nesse sentido Renata afirma:

Numa ocupação existe a liderança e os adversários, o que nós tínhamos era muito adversário aí o que acontece é o seguinte: eles ocuparam as áreas de projetos que foram destinadas a praças, a escolas, a creche, a CEMAR, a CAEMA, então essas áreas foram ocupadas por pessoas que não tinham compromisso, as escolas que o município tem feito são áreas compradas, negociadas por eles e o Estado, ele nunca se preocupou de negociar sequer uma área pra fazer uma escola de 2º grau, nós não temos, não temos lazer na Cidade Olímpica, uma verdadeira cidade sem uma área de lazer por culpa de quem, de pessoas que não tem compromisso com a educação, que não se preocupavam com seus filhos, porque quem se preocupava com o filho, se preocupava em deixar a área pra que viesse ser usado pra esse tipo de projeto.

Assim como Renata, o Sr. Silva relata a tristeza de não ver no bairro áreas de lazer, esporte e áreas para construção de escolas, ao afirmar que,

Nós não temos uma área de lazer, só morar, morar, nós deixamos essa área aqui que você tá vendo, bem aqui, nós deixamos uma quadra bem perto, deixamos lugar de campo de futebol, hoje não tem lugar pra fazer uma escola de segundo grau.

Nos depoimentos dos protagonistas dessa luta pela moradia percebemos a satisfação dos entrevistados em “contar” como a ocupação foi sendo desenvolvida, suas lutas e por fim a conquista da área.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre a ocupação da Cidade Olímpica privilegiou a história de pessoas que vivenciaram um contexto histórico importante na época e que faz a História de São Luís. No decorrer da pesquisa percebemos a relevância do trabalho junto aos ocupantes que fizeram parte da *Comissão dos Sem-Teto*, para isso lançamos mão da metodologia da história Oral. Nesse sentido, estudos sobre história e memória foram primordiais para entender como as narrativas orais podem não só preencher lacunas deixadas pelos jornais mas também oferecer novas abordagens ao tema. Por isso não consideramos esgotadas as pesquisas sobre essa ocupação, pois entendemos que outras pesquisas podem ser feitas.

Uma ocupação organizada pelos moradores colocou em evidência um problema social que atinge um enorme contingente de pessoas: a falta de moradia. Consideramos importante refletir sobre os discursos dos jornais *O Imparcial* e *O Estado do Maranhão* como também os relatos de pessoas que estiveram à frente do movimento com o objetivo de refletir tal problema, de expor para a academia um fato histórico que não está distante de nossa realidade.

Sobre os discursos jornalísticos é importante destacar a atuação do jornal *O Estado do Maranhão* que não explicitou o problema da moradia relacionando à questão política latente no ano de 1996 ao conflito agrário em todo o Estado. Pelo contrário, tentou amenizar o problema para beneficiar o governo Roseana Sarney que só resolveu a questão depois de muita luta e protesto dos ocupantes. Já o jornal *O Imparcial* não tratou a questão de forma crítica, apenas relatou os acontecimentos e registrou o cotidiano da ocupação.

As negociações e a obtenção da área foram conquistadas pelos esforços dos próprios ocupantes orientados pelo Fórum em Defesa da Moradia. Todo o processo de negociação foi tenso devido à resistência dos proprietários em negociar a terra. A ação da polícia militar do Estado foi violenta e a assistência aos moradores foi precária apesar do apoio defendido pelos entrevistados em relação à Prefeitura de São Luís no fornecimento de alimentos e assistência médica. Nesse período, a Prefeitura de São Luís apoiou o movimento visando votos dos ocupantes, pois na época o hoje Governador Jackson Lago era candidato a Prefeito de São Luís.

O caráter heterogêneo da história oral é uma das suas maiores potencialidades uma vez que é essencialmente dinâmica a forma de captação do que se passou segundo a visão de diferentes depoentes. O esforço do historiador que utiliza a história oral é duplo: estimular o ato de rememoração do depoente e que por sua vez é uma operação

intelectual que demanda crítica e análise, especialmente na fase de preparação dos roteiros das entrevistas (relatos orais) e, fazer análise e interpretação do documento produzido.

Nessa pesquisa procuramos entender o contexto dessa ocupação, entendemos que a História Oral tende a representar a realidade como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém formou um todo depois de reunidos. Faz parte do procedimento metodológico reconhecer a importância de cada indivíduo, depoente em si mesmo e em sua relação com a sociedade na qual está inserido.

A História como processo cognitivo cabe recuperar os lastros dessa dinâmica temporal, fazendo do próprio homem sujeito reconhecedor de sua identidade através de sua integração na trama sincrônica da vida em coletividade. A memória e a história são, cada uma a seu modo, registros desta pluralidade, ao mesmo tempo em que é também antídoto do esquecimento.

O processo de ocupação do que hoje denominamos Cidade Olímpica foi organizado pelos ocupantes juntamente com diversos apoios recebidos ao longo da resolução do conflito, o bairro possui uma estrutura de conjunto habitacional no formato de suas ruas e avenidas. Os moradores participaram ativamente através de seus representantes quando foi formada a *Comissão dos Sem-Teto* os quais cinco deles foi possível realizar as entrevistas possibilitando a ampliação e entendimento do contexto histórico da época.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Josiel da Paz Pereira. **Expansão urbana de São Luís na década de 60: o caso do anjo da Guarda**, São Luís, UFMA, 1999 (Monografia de Graduação).
- ARAÚJO, Maria Cristina Garcia. **Processo de Ocupação Urbana do Bairro Santa Clara: visão epistemológica da história**. São Luís, UEMA, 2003.
- ARCANGELI, Alberto. **O Mito da Terra: uma análise da colonização da pré-amazônica maranhense**. P. 91-164, São Luís, UFMA/PPPG/EDUFMA, 1987.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISTÓRIA ORAL. **Apresentação**. <[www.cpdoc.fgv.br/abho/asp/dsp\\_APRESENTACAO.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/abho/asp/dsp_APRESENTACAO.asp)> acesso em 08/02/07.
- BARICHELLO, Eugenia Mariano da Rocha. **Campo midiático, opinião pública e legitimação**. XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – BH/MG – 2 a 6 Set 2003. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, UFSM
- BARROS, José D' Assunção. **O Campo da História: Especialidades e Abordagens**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- BERGAMASCHI, Pe. Cláudio. **O Maranhão em Rotas de Colisão: experiências camponesas versus políticas governamentais**. Maranhão: Comissão Pastoral da Terra – CPT/MA, 1998.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História ou O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOSI, Ecléia. **Lembranças de Velhos**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1993.
- BRITTOS, Valério C., GASTALDO, Édison. **Mídia, poder e controle social**. ALCEU - v.7 - n.13 - p. 121 a 133 - jul./dez. 2006
- CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. **Escritos**. São Luís: Lithograf, 2001.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História – Ensaio de Teoria e Metodologia**. 12 tiragens, São Paulo: Contexto, 2001.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **Uma Introdução à História**. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- CARVALHO, Helano Alves de. **O processo de ocupação de invasão: Cidade Olímpica**, São Luís, UFMA, 1999. (Monografia de Graduação)

CASAS do Estado para os sem-tetos. **O Imparcial**. Ano LXIX, nº 22.676, p. 10. São Luís, 24/01/1997.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. P.65-119, 2.ed. São Paulo: Forense Universitária, 1993.

CHARTIER, Roger. **Estudos Avançados. O mundo como Representação**, p. 173-191, vol. 5 n-11, São Paulo: USP, 1991.

CHAUVEAU, Agnès. **Questões para a história do presente**. São Paulo: EDUSC, 1999.

CIDADE OLÍMPICA Feriado é marcado por muito trabalho. **O Estado do Maranhão**. Ano 37, nº 12.065, p. 3. São Luís, 21/04/1997.

COGO, Denise. **Migrações contemporâneas como movimentos sociais: uma análise desde as mídias como instâncias de emergência da cidadania dos migrantes**. Vol. IX Nº 1 - jan/abr 2007 revista Fronteiras - estudos midiáticos.

D’ALESSIO, Márcia Mansor. **Memória e historiografia: limites e possibilidades de uma aproximação**. Revista História Oral. n.4, p.55-71, jun.2001.

DALBOSCO, Cleber Nelson. **Relações entre história, mídia e poder na contemporaneidade: breve abordagem sobre o comportamento dos indivíduos em sociedade**.

ESPECULADORES iniciam a venda de lotes. **O Estado do Maranhão**. Ano 37, nº 12.045, p. 2. São Luís, 01/04/1997.

FALCON, Francisco. **História Cultural. Uma nova visão sobre a sociedade e a cultura**. P.19-101, Rio de Janeiro: Campus, 2002.

FAMÍLIAS em clima de tensão. **O Imparcial**. Ano LXIX, nº 22.658, p.9. São Luís, 06/01/1997.

FERREIRA, Maria da Glória Rocha, **Roteiro para proposta de pesquisa, Ciências Humanas em Revista**, São Luís, V. 1, nº. 01, p. 145-157, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (org). **Usos e abusos da história oral**. 6.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, tempo presente e história oral**. Revista Topoi. n. 5, p.314-332, Rio de Janeiro: dez. 2002.

FONTINELE, Rosa Carina dos Anjos. **Relatos Oraís**. Entrevista realizada em São Luís, 19/12/06.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**. P.33-60, Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1992.

FREITAS, Antonio Francisco de. **Análise do discurso jornalístico: um estudo de caso**. Universidade Federal de Alagoas, 1999.

GASPAR, Raimunda Nonata. **Relatos Orais**. Entrevista realizada em São Luís, 21/10/06.

GOVERNO amplia programa habitacional. **O Estado do Maranhão**. Ano 37, nº 11.978, p. 1. São Luís, 24/01/1997.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

INVASORES são expulsos da Vila Olímpica. **O Estado do Maranhão**. Ano 37, nº 11.977, p. 3. São Luís, 23/01/1997.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **A oralidade dos velhos na polifonia urbana**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2003.

LANDIM, Paula da Cruz. **Desenho de Paisagem Urbana: as cidades do interior paulista**. São Paulo: UNESP, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

LE GOFF, Jacques. **Memória – História**. Porto: Imprensa Oficial/Casa da Moeda, 1994.

LIRIO, Sérgio. **Reinado Sob Ameaça: No Maranhão frente de posição desafia 40 anos de poder do clã Sarney. Há até um alvo simbólico: o mausoléu do ex-presidente**. Revista Carta Capital. p.30-41, nov.2005.

LOTES são vendidos por até R\$ 1 mil. **O Estado do Maranhão**. Ano 37, nº 12.053, p. 3. São Luís, 09/04/1997.

MATIAS, Moisés. **Os outros segredos do Maranhão**. São Luís, 2002.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.). **(Re)introduzindo História Oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 2002.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Quem somos e porque existimos**. Núcleo de Estudos em História (NEHO). <<http://www.ffch.usp.br/dh/neho/apresentacao.htm>> acesso em: 23/02/07.

MENEZES, Marilda Aparecida de. **Migrantes Sazonais na Plantation Canavieira**. Revista História Oral. n.3, p. 49-68, jun. 2000.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História Oral e Memória: a cultura popular revisitada**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2001.

NARVAZ, Martha Giudice. NARDI, Henrique Caetano. MORALES, Blanca. **Nas tramas do discurso: a abordagem discursiva de Michel Pêcheux e de Michel Foucault**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, <<http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/seer/ojs/viewarticle.php?id=14&layout=html&mode=preview>> acesso em 05/01/08.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do Nascimento. **Em busca de uma cidade perdida**. Revista História Oral. n.5, p.171-182, jun.2002.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **História Oral: teoria e prática**. Cadernos de Teresina. Teresina. Ano VIII n. 17, p. 37 ago. 1994.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **O historiador e suas fontes: trabalhando com a história oral**. São Luís, 2004 (V Encontro Nordeste de História Oral – Mini-curso)

NETO, João Batista Lira. **Relatos Oraís**. Entrevista realizada em São Luís, 03/01/07.

NEVES, Ananias França das. **Relatos Oraís**. Entrevista realizada em São Luís, 12/01/07.

NEVES, Lucília de Almeida. **Memória, história e sujeito: substratos da identidade**. Revista História Oral. n.3, p.109-126, jun. 2000.

OCUPANTES da Vila Olímpica vão negociar com a Sangrima. **O Estado do Maranhão**. Ano 37, nº11.958, p. 2. São Luís, 04/01/1997.

OCUPANTES prometem resistir na área. **O Estado do Maranhão**. Ano 37, nº11.955, p. 2. São Luís, 01/01/1997.

PEREIRA, Ilka Cristina Diniz, CHAGAS, Katherine Silva das. **Cidade Olímpica: “um sonho realizado!”**. São Luís: Estação Gráfica, 2004 A.

PEREIRA, Lúgia Maria Leite. **Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias**. Revista História Oral. n.3, p. 117-127, jun. 2000.

PEREIRA, Rosalba Carvalho. **O percurso de uma ocupação urbana em São Luís: o caso da Cidade Olímpica**. São Luís, UFMA, 2004 B (Monografia de Graduação)

PICHELLI, Katia Regina, PEDRO, Margarete, CARVALHO, Marcelle de Almeida. **O discurso de formação da opinião pública: análise dos editoriais sobre as denúncias do “Mensalão” nas revistas Veja e Carta Capital**, UNirevista, Vol. 1, nº 3, jul. 2006.

PRINS, Gwyn. História Oral in BURKE, Peter. **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, p.166, 1992.

REIS, José Carlos. **História e Teoria – Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

REIS, José Carlos. **Tempo, História e Evasão**. Campinas, SP: Papirus, 1994.

RIBEIRO, Joana Bispo. **Pobreza urbana e sua relação com a segregação sócio espacial em São Luís/MA: a Cidade Olímpica**. São Luís, UFMA, 2003 (Monografia de Graduação).

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

SALAZAR, Raimundo Silva. **Relatos Oraís**. Entrevista realizada em São Luís, 26/10/06.

SANTANA, Charles d'Almeida. **Lugares e memórias de luzes na cidade de Salvador**. Revista História Oral. n.5, p.149-170, jun. 2002.

SCHWARZSTEIN, Dora. **História Oral, memória e histórias traumáticas**. Revista História Oral. n.4, p.73-82, jun. 2001.

SEM-TETOS reocupam Cidade Olímpica. **O Imparcial**. Ano LXIX, nº 22.651, p. 9 São Luís, 30/12/1996.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **A terra no imaginário dos migrantes temporários**. Revista História Oral. n.4, p.103-120, jun. 2001.

SOUZA, Carlos Alberto de. **O avanço da História Oral no Brasil**. <<http://www.unesp.br/aci/jorna/204/suplec.php>> acesso em 23/02/07.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: História Oral**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

VARGAS, Raul Osório. **A busca permanente de outras vozes**. <<http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2002/jusp600/pag06.htm>> acesso em 23/02/07.

VILA Olímpica Acordo põe fim a conflito. **O Imparcial**. Ano LXIX, nº 22.678, p. 9. São Luís, 26/01/1997.

VILA Olímpica vira Campo de batalha. **O Imparcial**. Ano LXIX, nº 22.675, p. 10. São Luís, 23/01/1997.

VILA Olímpica volta a ser ocupada por sem-tetos. **O Imparcial**. Ano LXIX, nº 22.651, p. 9. São Luís, 30/12/1996.

**ANEXOS**



ANEXO A: Documento Produzido pelo Fórum Maranhense de Luta pela Moradia (acervo particular do Sr ° João Batista Lira Neto).

---

## Fórum Maranhense de Luta pela Moradia

---

A gleba Brás/Macacos é um latifúndio improdutivo dentro de São Luís com área de 1.400 hectares; de suposta propriedade da Sociedade Butano LTDA - um poderoso grupo do Estado do CEARÁ, o Edson Queiroz.

A área Brás/Macacos foi ocupada no dia 8 de junho, durante as olimpíadas, por isso o nome da ocupação "Cidade Olímpica". Era uma área de terras que vivia abandonada, somente capoeira grossa e algumas roças de lavradores que residem nas proximidades. Os benefícios que se encontram na área, como a limpeza do terreno, foi feita pelos sem teto, que encontraram na área carros roubados, cadáveres, outros objetos, confirmando os depoimentos da comunidade de que ali servia para esconderijo de marginais e para práticas de estupros, desovas e assaltos constantes. A cerca levantada ao redor da mesma só foi edificada após a ocupação da área e o despejo dos sem teto.

No dia 25 de agosto de 1996, a Polícia Militar do Maranhão, alegando cumprir ordem judicial, derrubou as casas e expulsou centenas de famílias de sem teto. A necessidade de moradia é tamanha que os sem teto não desistiram da área e procuraram o Fórum Maranhense de Luta pela Moradia para apoiar-lhes em sua luta e organização.

Desde o início de outubro/96 o Fórum da Moradia no Maranhão tem lutado para encontrar uma solução pacífica para os sem teto em audiências com órgãos governamentais e, passado dois meses, nenhum avanço, nenhuma promessa concreta.

Após o despejo, a área passou a ser vigiada pela Polícia Militar e por jagunços fortemente armados, causando pânicos na comunidade pelo despreparo dos jagunços no trato com as armas, onde disparavam contra crianças que tentavam voltar à área para jogar futebol como era de costume antes da área ser cercada.

A jagunçada praticava tiro a esmo e por muita sorte uma senhora não foi vítima fatal da bala perdida; casos de espancamentos em cidadãos trabalhadores foram frequentes e hoje comenta-se que no dia 25 de dezembro, no Natal, um adolescente teria entrado na área e não mais retornado. Os comentários são que teria sido morto e enterrado no local. Até as entidades do campo popular e sindical que compõem o Fórum Maranhense de Luta pela Moradia, no mês de novembro, foram recebidas à bala, quando se aproximavam da área para averiguar as denúncias contra os abusos daqueles jagunços.

Diante desses absurdos, o Fórum Maranhense de Luta pela Moradia encaminhou denúncia à delegacia da Cidade Operária, ao Sindicato dos Vigilantes, à Polícia Federal do Maranhão - que apreendeu várias armas, sendo substituídas imediatamente pelo serviço de "segurança" da Sociedade Butano LTDA -, à Delegacia Regional do Trabalho que até o momento não tomou qualquer providência para identificar casos de desrespeito às leis trabalhistas e de trabalho escravo e promova as multas cabíveis a esses casos.

No último dia 20.12.96 o movimento dos sem teto da Cidade Olímpica e o Fórum da Moradia depositou no INCRA/MA a confiança de uma solução para o caso, solicitando vistoria para a área e a desapropriação, por se tratar de 1400 hectares de terras improdutivas na área rural, com aptidão agrícola, que poderá resolver o problema de moradia e de emprego e renda para os sem teto, com lotes comunitários para a produção de hortaliças.

**Cansados de tanto esperar pela vontade política dos órgãos do governo de encontrar solução desejada pelos sem teto, que é o acesso à moradia, o movimento sem teto da Cidade Olímpica, em assembléia geral no dia 29.12.96 (domingo) às 17:00h, decidiram pela reocupação da área como único meio viável de conquistar a justiça para os mesmos e o direito à moradia digna.**

O Fórum Maranhense de Luta pela Moradia e as entidades do movimento popular e sindical que apoiam a luta dos sem teto vêm solicitar das autoridades competentes que se antecipem aos fatos e se empenhem em encontrar uma solução pacífica para o caso, evitando que no Maranhão aconteça tragédia semelhantes a Eldorado no Pará e Corumbiara em Rondônia. Juntos aos sem teto da Cidade Olímpica estão reivindicando:

- Desapropriação já do latifúndio improdutivo da Sociedade Butano LTDA - gleba Brás/Macacos e destinação ao movimento sem teto da Cidade Olímpica;
- Programas de habitação para a construção das casas dos sem teto;
- Que a moradia no Maranhão não continue sendo tratada como caso de polícia. Pelo fim da violência policial aos sem teto;
- Pelo desarmamento imediato de todos os jagunços pela Polícia Federal do Maranhão;
- Pela fiscalização imediata na área, pela Delegacia Regional do Trabalho para detectar abusos contra os trabalhadores no que diz respeito a seus direitos trabalhistas;
- A Secretaria de Segurança do Estado do Maranhão deve garantir que a Polícia Militar faça a segurança dos cidadãos sem teto e não do patrimônio e jagunços da empresa, a exemplo do que aconteceu na noite do dia da ocupação quando escoltava jagunços para comprar inclusive bebidas alcóolicas para sua confraternização;
- A presença da OAB/MA e do Ministério Público na área e a apuração das denúncias contra o desaparecimento de um adolescente na área e o tiroteio promovido pelos jagunços contra os sem teto na tarde do dia 29.12.96;
- Substituição imediata do delegado da Cidade Operária que não mostrou nenhum interesse em encaminhar as denúncias dos sem teto contra as práticas abusivas dos jagunços da Sociedade Butano LTDA contra a comunidade local e dos sem teto.

Fórum Maranhense de Luta pela Moradia - FMLM  
 Movimento Nacional de Luta pela Moradia - MNLM  
 Movimento de Defesa dos Favelados e Palafitados - MDFP  
 Núcleo de Estudos da América Latina - NEAL  
 Central Única dos Trabalhadores - CUT  
 Sindicato dos Servidores Federais - SINDSEP/MA  
 Sindicato dos Laticínios - STCLADEM  
 Sindicato dos Servidores Estaduais - SINTSEP  
 SINTERP  
 Sindicato dos Previdenciários - SINTSPREV  
 SINTRAJUFE  
 Sindicato dos Policiais Civis - SINPOL  
 Sindicato dos Comerciantes  
 Partidos dos Trabalhadores

**ANEXO B: Ficha técnica dos entrevistados****Nome: Rosa Carina dos Anjos Fontinele**

Filiação: Emília Ferreira dos Anjos e João

Ervergisto Fontinele

Profissão: Auxiliar de Serviços Gerais

Estado Civil: Casada

Bairro: Cidade Olímpica

Naturalidade: São Luís

**HISTÓRICO:**

Nasceu em São Luís, mas mudou-se para o Rio de Janeiro onde morava com a sogra, estava a passeio coma filha de 1 ano e 5 meses. Na época estava desempregada, resolveu deixar o marido e lutar por uma moradia para a mãe e acabou ficando na Cidade Olímpica. Casou na ocupação e tem três filhos.

**Nome: João Batista Lira Neto**

Filiação: Emídio Lira Oliveira e Oflia Alves

Lira

Profissão: Sindicalista

Estado Civil: Casado

Bairro: Cidade Olímpica

Naturalidade: Piauí

**HISTÓRICO:**

Era o coordenador da Comissão dos Sem-Tetos, sempre esteve envolvido em lutas por direitos de minorias, mais especificamente em sindicatos e movimentos de luta pela moradia em São Luís e no interior do Estado. Foi o fundador do Partido dos Trabalhadores no Maranhão e até hoje é envolvido em questões sociais.



**Nome: Ananias França das Neves (conhecido por baiano)**

Filiação: Antônio José das Neves e Maria França das Neves

Profissão: Mecânico de máquina pesada

Estado Civil: casado

Bairro: Cidade Olímpica

Naturalidade: Salvador-Bahia



**Histórico:**

Antes da ocupação morava em uma casa alugada na Janaina, deixou a casa para ocupar a área. Durante o processo de ocupação era responsável na medição dos lotes que seriam entregues aos moradores.

**Nome: Raimunda Nonata Gaspar**

Filiação: Luís Domingos e Andréia Gaspar

Profissão: Auxiliar de Serviços Gerais

Estado Civil: Solteira

Bairro: Cidade Olímpica

Naturalidade: São Luís



**HISTÓRICO:**

Através de uma vizinha soube da primeira ocupação. Morava em uma casa alugada no bairro Santa Efigênia, já na segunda ocupação morava em uma casa invadida no bairro Jardim América. Foi integrante da Comissão dos Sem-Teto e era responsável pela coordenadoria de comunicação, divulgava nos meios de comunicação.

**Nome: Raimundo Silva Salazar**

Filiação: Raimundo Silva Salazar e Martinha Ferreira da Silva

Profissão: Empresa de eventos (Espaço Cultural Olímpico)

Estado Civil: Solteiro

Bairro: Cidade Olímpica

Naturalidade: São Luís



**HISTÓRICO:**

Antes da ocupação morava em quarto cedido pelo cunhado, apoiava o movimento como delegado das quadras, reunia as pessoas para a participação nas assembléias realizadas dentro da ocupação ou em passeatas.